

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL SUPERIOR
2014/2015



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO DE GRUPO

**O MOVIMENTO E MANOBRA NA CAMPANHA MILITAR
DO TEATRO DE OPERAÇÕES DE ANGOLA (1961-1974)**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA
DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES,
NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS
PORTUGUESAS E DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.**



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**O MOVIMENTO E MANOBRA NA CAMPANHA MILITAR
DO TEATRO DE OPERAÇÕES DE ANGOLA (1961-1974)**

CAP INF José Martins Borges

CAP ENG Ricardo João Neto Pereira (Coordenador)

CAP ART Sónia Liliana Mancilha Valente Baldaia

CAP INF Eduardo Jorge Mirandela da Costa Vieira

Trabalho de Investigação de Grupo do CPOS Ex A/S 2014/2015

Pedrouços 2015



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

O MOVIMENTO E MANOBRA NA CAMPANHA MILITAR DO TEATRO DE OPERAÇÕES DE ANGOLA (1961-1974)

CAP INF José Martins Borges

CAP ENG Ricardo João Neto Pereira (Coordenador)

CAP ART Sónia Liliana Mancilha Valente Baldaia

CAP INF Eduardo Jorge Mirandela da Costa Vieira

Trabalho de Investigação de Grupo do CPOS Ex A/S 2014/2015

Orientadores: MAJ INF Alexandre Manuel Ribeiro Duarte Varino
MAJ SMAT Nuno Miguel Viegas Saúde



Agradecimentos

Este trabalho de investigação de grupo materializa o culminar de seis meses de estudo, investigação e análise desenvolvidos ao longo do Curso de Promoção a Oficial Superior 2014-2015.

No entanto, e para além de todo o esforço, disponibilidade e vontade que o grupo investiu na sua execução, temos consciência de que sem o contributo de outros, o resultado não seria igual.

Assim, pela forma generosa e esclarecida como contribuíram de forma direta e indireta para este trabalho, manifestamos os nossos cordiais agradecimentos:

Ao orientador, Maj Inf Duarte Varino, pela disponibilidade que manifestou desde o primeiro dia para apoiar o esclarecimento de dúvidas, pelos significativos contributos que foi transmitindo ao longo da análise das diferentes versões do trabalho e pelo enquadramento que foi fazendo ao longo de todo o processo, com ideias muito profícuas para alcançarmos os objetivos pretendidos.

Ao Cor Eng Ref Mourato Grilo, pela disponibilidade manifestada em nos conceder uma entrevista que permitiu esclarecer e conhecer melhor o papel da Engenharia Militar na campanha militar no Teatro de Operações de Angola.

A todos aqueles que, de forma subtil, mas importante, contribuíram direta e indiretamente no processo de execução deste trabalho.

Muito obrigado a todos!



Índice

Introdução.....	1
1. Enquadramento doutrinário.....	3
a. Base conceptual.....	3
b. Doutrina e sua evolução.....	5
c. Síntese conclusiva.....	16
2. Caracterização das forças de manobra.....	17
a. Forças de manobra.....	17
b. Dispositivo.....	19
c. Síntese conclusiva.....	27
3. Movimento e manobra.....	29
a. Movimentos táticos e manobra.....	29
b. Mobilidade e contramobilidade.....	35
c. Síntese conclusiva.....	39
Conclusões.....	40
Bibliografia.....	43

Índice de anexos

Anexo A – Entrevista ao Cor Eng Reforma Mourato Grilo.....	Anx A-1
--	---------



Índice de figuras

Figura nº 1 – Destruição de guerrilhas por estreitamento do cerco	8
Figura nº 2 – Emboscada	9
Figura nº 3 – Golpe de mão	10
Figura nº 4 – Cerco e limpeza de povoações	11
Figura nº 5 – Batida	12
Figura nº 6 – Quadrícula.....	13
Figura nº 7 – Intervenção.....	13
Figura nº 8 – Interdição de fronteira.....	14
Figura nº 9 – Nomadização.....	15
Figura nº 10 – Organização de um Batalhão de Caçadores.....	18
Figura nº 11 – Dispositivo Operacional em fevereiro de 1961	21
Figura nº 12 – Dispositivo Operacional em novembro de 1961.....	23
Figura nº 13 – Dispositivo Operacional em dezembro de 1966	24
Figura nº 14 – Dispositivo Operacional em julho de 1968.....	25
Figura nº 15 – Dispositivo Operacional em fevereiro de 1971	26
Figura nº 16 – Dispositivo Operacional em abril de 1974.....	27
Figura nº 17 – Esquema geral da Operação Viriato	30
Figura nº 18 – Esquema geral da Operação Três Mosqueteiros.....	31
Figura nº 19 – Esquema geral da Operação Broca	32
Figura nº 20 – Transparente de Operações da Operação Broca	33
Figura nº 21 – Desobstrução com recurso a explosivos	35
Figura nº 22 – Uso de equipamentos pesados de engenharia para capinação	36
Figura nº 23 – Construção de uma estrada	37



Resumo

Este trabalho de investigação visa analisar a função de combate movimento e manobra na campanha militar do Teatro de Operações (TO) de Angola entre 1961 e 1974, através do estudo dos seus fundamentos, conceitos, e algumas tarefas que se incluem nessa função de combate.

Para além da vertente doutrinária apresentada inicialmente, é também abordada a tipologia e o dispositivo de forças dessa campanha militar, bem como são destacadas as evidências da aplicação prática dos conceitos que envolvem a função de combate movimento e manobra na campanha militar.

As conclusões permitem evidenciar que os aspetos apresentados foram tidos em conta ao longo da campanha, levando a adaptações da tipologia de forças, das tarefas a executar e do próprio dispositivo, com vista a alcançar os objetivos pretendidos de forma mais eficaz.

Palavras-chave

Angola, dispositivo de forças, movimento, manobra, forças militares, mobilidade, contramobilidade.

Abstract

This research analyses the warfighting function movement and manoeuvre in the Angola Theatre of Operations, between 1961 and 1974, through the study of its fundamentals, concepts and some tasks, which are included in this warfighting function.

Beyond the elements of the military doctrine presented initially, it is also analysed the characteristics of the military forces and the operational design of the campaign, as well as the evidence related to the application of movement and manoeuvre concepts and tasks, during the military campaign.

The conclusions allow the demonstration that all these aspects were considered during the campaign, leading to adjustments in the force planning, in the tasks performed and in their disposition, in order to achieve the required objectives with more effectiveness.

Key Words

Angola, forces disposition, movement, maneuver, military forces, mobility, countermobility.



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

Abreviatura	Designação
AM	Academia Militar
CDEF	<i>Centre de Doctrine d'Emploi des Forces</i>
CECA	Comissão de Estudo para as Campanhas de África
CEng	Companhia de Engenharia
CIOE	Centro de Instrução de Operações Especiais
CPOS	Curso de Promoção a Oficial Superior
DGS	Direção-Geral de Segurança
EM	Estado-Maior
EME	Estado-Maior do Exército
EP	Exército Português
FFAA	Forças Armadas
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
GE	Grupos Especiais
IAEM	Instituto de Altos Estudos Militares
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
ME	Manual Escolar
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PD	Pergunta Derivada
PDE	Publicação Doutrinária do Exército
PO	Processo Operacional
PP	Pergunta de Partida
RC	Regulamento de Campanha
RIL	Regimento de Infantaria de Luanda
RINL	Regimento de Infantaria de Nova Lisboa
RISB	Regimento de Infantaria Sá da Bandeira
SDGN	Secretariado-Geral da Defesa Nacional
SO	Setores Operacionais
TE	Tropas Especiais
TIG	Trabalho de Investigação de Grupo
TO	Teatro de Operações
TTP	Técnicas, Tácticas e Procedimentos
ZA	Zonas de Ação
ZIC	Zona de Intervenção Centro
ZIL	Zona de Intervenção Leste
ZIN	Zona de Intervenção Norte
ZIS	Zona de Intervenção Sul
ZMC	Zona Militar Centro
ZML	Zona Militar Leste
ZMN	Zona Militar Norte
ZMS	Zona Militar Sul
ZSN	Zona Sublevada Norte



Introdução

Entre 1961 e 1974, as Forças Armadas (FFAA) Portuguesas estiveram envolvidas em operações, de forma simultânea, em três Teatros de Operações (TO), nomeadamente em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Tal situação constitui-se como um interessante caso de estudo, atendendo à dimensão nacional *versus* a dimensão, localização dos TO e duração do conflito, sendo por isso importante analisar a capacidade de condução e sustentação da guerra em tais condições.

Assim, este Trabalho de Investigação de Grupo (TIG) insere-se no título genérico “Análise da Campanha Militar do Teatro de Operações de Angola do ponto de vista das Forças Terrestres” e tem por finalidade estudar a informação existente, procurando focar a análise na forma como as Forças Terrestres usaram as funções de combate¹ para atingir os seus objetivos. Nesse âmbito, focamos a nossa atenção sobre uma dessas funções de combate, sendo o objeto de estudo deste TIG, a função de combate movimento e manobra na campanha militar do TO de Angola entre 1961 e 1974.

A análise desta função de combate, no espaço e no período de tempo em questão, assume especial importância pois permitir-nos-á obter uma perspectiva mais clara, concisa e precisa da doutrina utilizada, da forma como as forças foram empregues, de qual o seu dispositivo e também de algumas tarefas específicas realizadas no âmbito do movimento e manobra.

Para tal, o objeto de estudo foi delimitado em três domínios distintos, nomeadamente tempo, espaço e conteúdo. Assim, no que diz respeito às variáveis tempo e espaço, este estudo limitou-se à análise da campanha militar do TO de Angola entre 1961 e 1974. No que diz respeito ao conteúdo, o estudo incidiu nos fundamentos, conceitos e em algumas tarefas que se incluem na função de combate movimento e manobra, mais especificamente na manobra, movimentos táticos e mobilidade e contramobilidade.

Para analisar o objeto de estudo, este trabalho baseia-se em quatro objetivos específicos, nomeadamente, compreender a doutrina militar, caracterizar as forças de manobra, analisar o dispositivo de forças no TO enquanto parte integrante da manobra e analisar a manobra tática e o apoio à mobilidade e contramobilidade.

Assim, no desenvolvimento do presente TIG e para fazer face ao objetivo geral, definiu-se a seguinte pergunta de partida (PP): como se caracteriza a função de combate

¹ À data da campanha militar, ainda não existia o conceito de função de combate, pelo que tal conceito será apresentado no decorrer do trabalho, sendo feita a respetiva correspondência conceptual.



movimento e manobra na Campanha Militar do Teatro de Operações de Angola no período de 1961 a 1974?

Desta pergunta, e para estudar os objetivos específicos, surgiram três perguntas derivadas (PD), nomeadamente:

- PD1 – Quais os fundamentos, conceitos doutrinários e sua evolução no período em análise, aplicados à função de combate movimento e manobra?

- PD2 – Como se caracterizavam as forças de manobra e o seu dispositivo?

- PD3 – Qual o impacto da aplicação da manobra, dos movimentos táticos e do apoio à mobilidade e contramobilidade no decorrer da campanha?

Para proceder a tal análise, foi seguido um raciocínio dedutivo, utilizando a metodologia de investigação científica, proposta por *Quivy e Campenhoudt*, na obra “*Manual de Investigação em Ciências Sociais*” (2008), seguindo-se as três fases preconizadas.

Na primeira fase, formulou-se a PP, consultou-se diversa literatura e realizaram-se entrevistas, para substanciar a questão doutrinária e factual a ser analisada e para fazer a correspondência conceptual do objeto de estudo no passado. Na segunda fase foi focado o estudo num conjunto de fatores, de forma a responder às perguntas derivadas, permitindo que a partir do somatório dessas análises parciais fosse possível abranger o objeto de estudo. Na terceira e última fase, foram elaboradas as conclusões de modo a cumprir o objetivo geral do trabalho.

Assim, o presente trabalho de investigação está estruturado para além desta introdução, em três capítulos onde se irá desenvolver o estudo, apresentando-se no final as conclusões do mesmo.

No primeiro capítulo, é abordado o enquadramento doutrinário, apresentando-se e delimitando-se os conceitos fundamentais a este estudo, bem como a doutrina envolvente e a sua evolução. No segundo capítulo, é abordada a caracterização das forças de manobra presentes na campanha, descrevendo-se os tipos de forças de manobra, bem como o seu dispositivo ao longo do tempo. No terceiro capítulo, é elaborada uma análise do movimento e manobra no que diz respeito às tarefas movimentos táticos, manobra e mobilidade e contramobilidade.

Em cada capítulo é também apresentada uma síntese conclusiva, de modo a resumir a ideia chave de cada um dos pontos de análise, sínteses essas que concorrem para a conclusão final.



1. Enquadramento doutrinário

Para a elaboração do presente trabalho, verificou-se que existem conceitos doutrinários que foram sofrendo alterações desde a guerra de África até ao presente, outros que se mantiveram, bem como o surgimento de novos conceitos que na altura ainda não eram considerados.

Para que melhor se compreenda o conteúdo do trabalho, é necessário clarificar alguma terminologia utilizada na sua elaboração, pelo que se irá apresentar neste capítulo a base conceptual, onde serão apresentados os conceitos enquadrantes, e a doutrina existente na altura e respetiva evolução durante a campanha militar.

a. Base conceptual

Tendo sido a guerra de África uma guerra subversiva, importa necessariamente definir este conceito a fim de melhor enquadrar este trabalho. O capítulo sobre este tema, constante no volume I do guia *O Exército na Guerra Subversiva* descreve precisamente o referido conceito. A guerra subversiva, ou subversão, trata-se de uma luta travada, não pelas forças armadas de um determinado estado, mas sim pela sua população, podendo esta ser reforçada e/ou ajudada por outros estados. O adversário a atingir é constituído pelas autoridades legítimas desse estado, sendo o objetivo primordial alterar o *status quo*, depondo as referidas autoridades ou paralisando a sua ação (EME, 1966, p. 1). Este conceito manteve-se até aos dias de hoje, como se pode constatar no capítulo sobre o espectro das operações militares da *PDE 3-00 Operações* (EP, 2012, pp. 9-10).

Assim sendo, e como se pode atestar no capítulo sobre as operações não convencionais em contrassubversão da *PDE 3-09-00 Operações Não Convencionais*, a contrassubversão definir-se-á como a ação levada a cabo pelas autoridades legítimas de um estado para contrariar a subversão, seja para não perder a aceitação da população, do regime ou do sistema político vigente, ou para reconquistar essa mesma aceitação (EP, 2010, p. 1). Engloba ações de diversas naturezas (militar, paramilitar, política, económica, psicológica ou cívica), conforme é referido no anexo de termos e definições à *PDE 3-67-00 Operações Especiais* (EP, 2014, p. 2).

Na sequência das definições apresentadas, é relevante para este trabalho clarificar também o conceito de guerrilha, o qual consta no terceiro capítulo da *PDE 3-09-00 Operações Não Convencionais*, que trata as atividades irregulares. Guerrilha é, portanto, uma das formas de luta armada passível de ser utilizada por um movimento subversivo, desencadeada contra as FFAA de um estado, com a ressalva de que respeita os cidadãos



em geral (EP, 2010, pp. 5-7). Complementando com o descrito no anexo ao volume I do guia *O Exército na Guerra Subversiva*, onde são listados os significados das mais importantes expressões empregues nesse guia, as guerrilhas fazem essencialmente uso de ações de emboscada, de golpes de mão e de flagelações. As ações de contra guerrilha são adequadamente similares, conduzidas desta feita contra as próprias forças de guerrilha (EME, 1966, pp. 9, 18).

Apresentados estes conceitos mais restritos ao conflito desenrolado em Angola, descrevem-se seguidamente termos mais abrangentes e comuns a qualquer tipo de conflito.

Como descrito na *PDE 3-00 Operações*, no capítulo que trata o espectro das operações militares, “uma função de combate é um grupo de tarefas e sistemas [...] unidos por uma finalidade comum que os comandantes aplicam para cumprir missões operacionais e de treino” e que podem ser “combinadas de forma a gerar potencial de combate para o decurso das operações”. A função de combate movimento e manobra define-se como o conjunto de “tarefas e sistemas que movimentam forças para alcançar uma posição de vantagem em relação à ameaça”. Inerentemente, esta função refere-se à forma como todos os deslocamentos são efetuados pelas forças terrestres tendo pela frente uma dada ameaça. Das várias tarefas, destacam-se a manobra, definida pelo “emprego de forças através da combinação do fogo e movimento para alcançar uma posição de vantagem em relação à ameaça de forma a cumprir uma missão”, e os movimentos táticos, que são os executados para “dispersar e deslocar a força, como um todo ou parcialmente, enquanto decorre a manobra” (EP, 2012, pp. 24, 28).

Da *PDE 3-01-00 Tática das Operações de Combate – Volume I*, retira-se do capítulo sobre operações ofensivas a caracterização da função de combate movimento e manobra no que concerne a este tipo de operações e que é útil analisar, considerando que as ações levadas a cabo em Angola foram essencialmente de cariz ofensivo. Assim, a essência dessas ações foca-se em “evitar o forte do inimigo e criar oportunidades para potenciar os efeitos dos fogos”, ou seja, procurar constantemente a iniciativa, agir de forma a surpreender a ameaça, e concentrar potencial de combate onde essa ameaça é mais frágil, o que levará ultimamente à sua derrota (EP, 2015, pp. 41-42).

Importa ainda referir a caracterização das forças de manobra que é considerada atualmente. Como referido no anexo da caracterização das forças terrestres à *PDE 3-01-00 Tática das Operações de Combate – Volume I*, dos elementos das forças terrestres destacam-se os de combate e os de apoio de combate. Os primeiros são aqueles que se



empenham diretamente contra uma ameaça combinando o fogo e o movimento, ou seja, é o emprego da infantaria, de carros de combate, de engenharia de combate e de aviação equipada com meios de ataque ou helicópteros armados. Os segundos caracterizam-se por aqueles que visam aumentar as capacidades dos primeiros, dos quais se destacam as forças de apoio de fogos, de reconhecimento e de engenharia. Quanto ao seu tipo, as forças subdividem-se em pesadas (com elevado poder de fogo, têm proteção e mobilidade, e mais indicadas para operações em terreno aberto), médias (viaturas de lagartas ou rodas, com alguma proteção e mobilidade) e ligeiras (com elevada mobilidade estratégica, que podem ser transportadas por aeronaves, indicadas para combater em ambientes especiais) (EP, 2014, pp. 1-9).

No que concerne aos conceitos de mobilidade e de contramobilidade, segundo o *ME 20-63-12 Operações de Engenharia*, poderemos definir o apoio à mobilidade como tarefas que visam melhorar ou aumentar a capacidade de manobra das unidades táticas, das quais se destacam o “aterro de valas e crateras, remoção de obstáculos em itinerários, execução desvios para contornamento de obstáculos, abertura de brechas através de campos de minas, transposição de vãos, e abertura expedita de itinerários táticos ou trilhos de combate”. Quanto ao apoio de contramobilidade, entendem-se como tarefas que “visam desorganizar, limitar ou impedir a manobra inimiga e impedir-lhe o uso de áreas do terreno. Podem reduzir o efeito da superioridade em potencial do inimigo e a sua canalização e detenção em áreas onde pode ser destruído” (IAEM, 2003, pp. 7-8).

b. Doutrina e sua evolução

Antes do início da guerra em África e, naturalmente, no decorrer da mesma, desenvolveu-se a doutrina necessária para ir de encontro às suas características, considerando que a doutrina existente era manifestamente inadequada a este tipo de conflito. Seguidamente será abordada a adoção dessa doutrina e como esta evoluiu durante a guerra.

Na obra *Subsídios para o estudo da doutrina aplicada nas campanhas de África*, é simplificada a evolução da doutrina, de forma esclarecedora e abrangente, em quatro períodos. Num primeiro período, entre 1958 e 1960, Portugal estudou a doutrina aplicada por outros países em conflitos similares, procurando adaptá-la à sua realidade particular de modo a fazer face aos conflitos que se avizinhavam nos seus territórios em África, incluindo em Angola. Com o início da guerra, entre 1961 e 1963, foi aplicada a doutrina aprendida ainda de modo experimental, começando assim a ser adquirida



experiência, a qual levou naturalmente à sua evolução. O terceiro período decorreu sensivelmente entre 1964 e 1966, no qual já existia doutrina trabalhada com a experiência adquirida. De 1967 até ao final da guerra em 1974 (quarto período), a doutrina é consolidada em várias publicações e estudos (EME: CECA, 1990, pp. 138-140).

Primeiro período – 1958 a 1960

Antes do conflito, vários oficiais das FFAA formaram-se e estudaram em países como a Bélgica, a França e a Argélia, de forma a adequar a doutrina portuguesa para a guerra que se avizinhava (Barata e Teixeira, 2004, p. 79; Cann, 1998, pp. 68, 71). Fruto dessas formações, o Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM) e o Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE) passaram a ser as unidades onde era desenvolvida a doutrina portuguesa, sendo em 1960 publicada e disponibilizada nas bibliotecas militares a obra da autoria do Tenente-Coronel do Corpo do Estado-Maior Hermes de Araújo Oliveira, intitulada de *Guerra Revolucionária* (EME: CECA, 1990, p. 138).

Na sua obra, Oliveira abordou o modo como as forças portuguesas teriam de se adaptar à guerra subversiva, não sendo adequado abordar este tipo de conflito da mesma forma como seria uma guerra de traços convencionais. Considerando que a ameaça utilizaria táticas de guerrilha, a ação militar a adotar para lhe fazer face seria a contraguerrilha, da qual se destacam as principais tarefas a executar, nomeadamente garantir a liberdade de movimentos das forças portuguesas, ocupar e defender pontos importantes, e perseguir constantemente a ameaça de modo a evitar que esta possa reagir adequadamente (Oliveira, 1960, pp. 234-236).

Segundo período – 1961 a 1963

No decorrer deste período, surgiu em 1961 o guia doutrinário *O Exército na Guerra Subversiva*, cujo segundo capítulo da primeira parte aborda as ações militares de contraguerrilha, sendo as mais relevantes destacadas nos parágrafos seguintes.

No que concerne a ações com cariz predominantemente defensivo, destacam-se desse capítulo as de segurança, que se subdividiam em ações de segurança em estação (que se poderá interpretar como sendo estática) e de segurança em movimento.

As ações de segurança em estação poderiam ser várias, destacando-se o estabelecimento de postos militares (que tinham como finalidade proteger pontos essenciais, vigiar e proteger itinerários, ou garantir a segurança de uma área, e a partir dos quais se poderiam desencadear outras ações ofensivas) e a defesa de pontos



essenciais (pontos sensíveis, locais de particular importância). No que concerne a esta, a força articular-se-ia em dois elementos, cada um destinado às seguintes finalidades: segurança imediata (visava retardar a progressão da ameaça e dar o alerta oportuno da sua aproximação) e segurança próxima (constituída por uma rede de patrulhas, postos de vigilância e de emboscadas planeadas). Uma outra força ficaria responsável pela segurança afastada (EME, 1961, pp. 52-60).

As ações de segurança em movimento eram consideradas em qualquer deslocamento, considerando que a força em movimento estaria em particular desvantagem face a um ataque. Compreendia a segurança afastada, que era executada em permanência pelo dispositivo de forças implementado no terreno, a segurança próxima, que era organizada de acordo com a ameaça prevista, e a segurança imediata, que implicaria diversas medidas diferenciadas consoante o terreno. Caso se previsse contacto com a ameaça, seria constituída e lançada antes da força principal uma patrulha de abertura, destinada a inspecionar e libertar de armadilhas o itinerário, bem como a detetar e neutralizar elementos da ameaça. Com a força principal, deslocar-se-ia uma força de escolta, com a finalidade de a proteger de ataques. O efetivo variava, sendo a ordem de grandeza considerada um pelotão de caçadores para cada 20 viaturas a escoltar, reforçado quando possível com blindados e elementos de engenharia (EME, 1961, pp. 60-93).

No que diz respeito às formas de ação ofensiva, destacam-se o cerco, o ataque e a perseguição, assim como patrulhamentos, emboscadas, golpes de mão e batidas.

Um cerco, ação ofensiva preferencialmente adotada, visava assegurar a destruição completa de uma dada ameaça (figura nº 1). Não sendo possível a execução de um cerco, a ação a tomar seria um ataque, onde a surpresa era o princípio fundamental. As forças no terreno manobravam de modo a conseguir uma posição de vantagem para destruir a ameaça. Parte da ameaça conseguiria retirar, o que levava as forças portuguesas a iniciarem uma perseguição. Eram mantidos grupos de combate devidamente preparados para esta ação, os quais seriam apoiados, sempre que possível, por unidades aeromóveis e/ou aerotransportadas (EME, 1961, pp. 96-106).

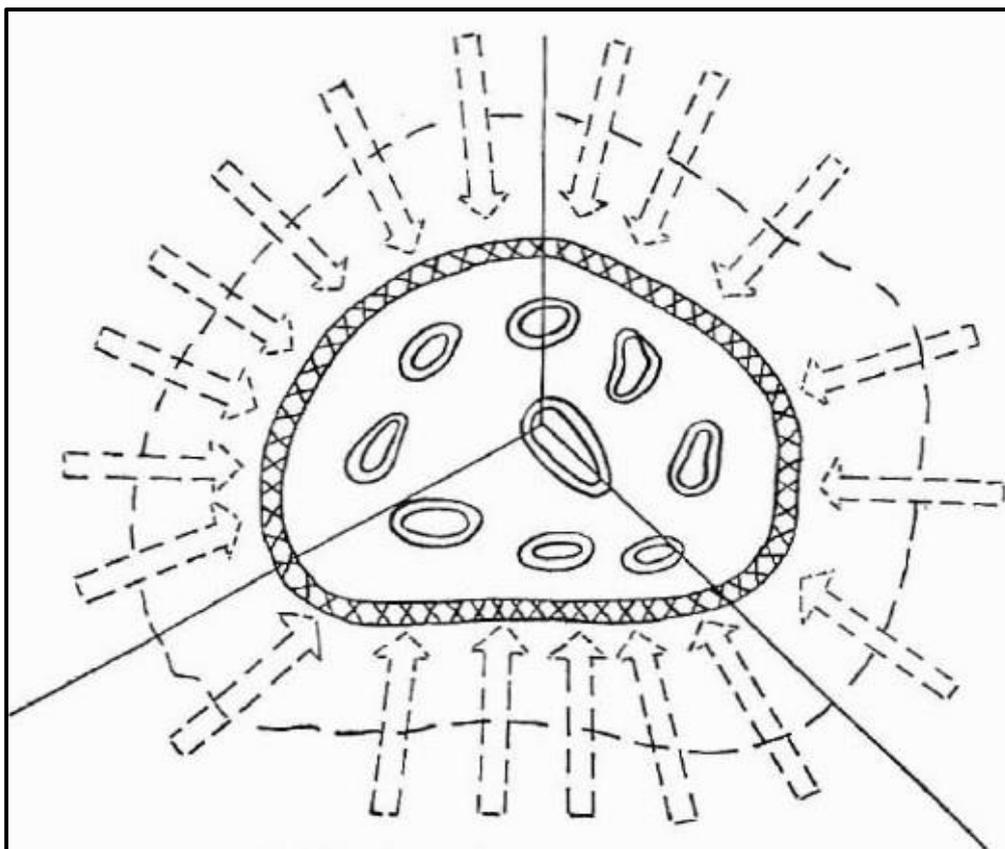


Figura nº 1 – Destruição de guerrilhas por estreitamento do cerco

Fonte: (EME, 1961)

O patrulhamento era uma das ações mais comuns. Os efetivos destas patrulhas eram normalmente reduzidos, pois o terreno era de difícil progressão e particularmente denso. Estas patrulhas poderiam ter de realizar perseguições, reconhecimentos ou emboscadas, dispendo para tal de armamento e equipamento variado e do apoio de guias e pisteiros (EME, 1961, pp. 107-125).

No que concerne às emboscadas (figura nº 2), estas seriam executadas para criar insegurança à ameaça, dificultar os seus movimentos ou para a forçar a dispersar os seus meios. Era uma ação particularmente complexa, sendo que a força que a executava se subdividia em vários grupos com diferentes tarefas, nomeadamente: comando, atiradores especiais, grupos de vigilância, de detenção, de assalto, de proteção, de recolha e de reserva. Após a articulação da força, seguir-se-iam reconhecimentos, treinos, ocupação de posições, a execução da ação de combate propriamente dita e a retirada da posição (EME, 1961, pp. 125-141).



Figura nº 2 – Emboscada

Fonte: (EME, 1961)

Os golpes de mão (figura nº 3) eram executados com a finalidade de recolher informações, efetuar destruições ou flagelações, ou para capturar ou eliminar elementos-chave da ameaça. Tal como uma emboscada, era uma ação complexa. A articulação da força implicava, normalmente, os seguintes grupos: comando, grupo de eliminação de sentinelas, de assalto, de destruição, de busca, de proteção, de recolha e de reserva. Seguir-se-iam reconhecimentos, treinos, a aproximação ao objetivo, a execução do golpe de mão e a retirada do local (EME, 1961, pp. 141-156).

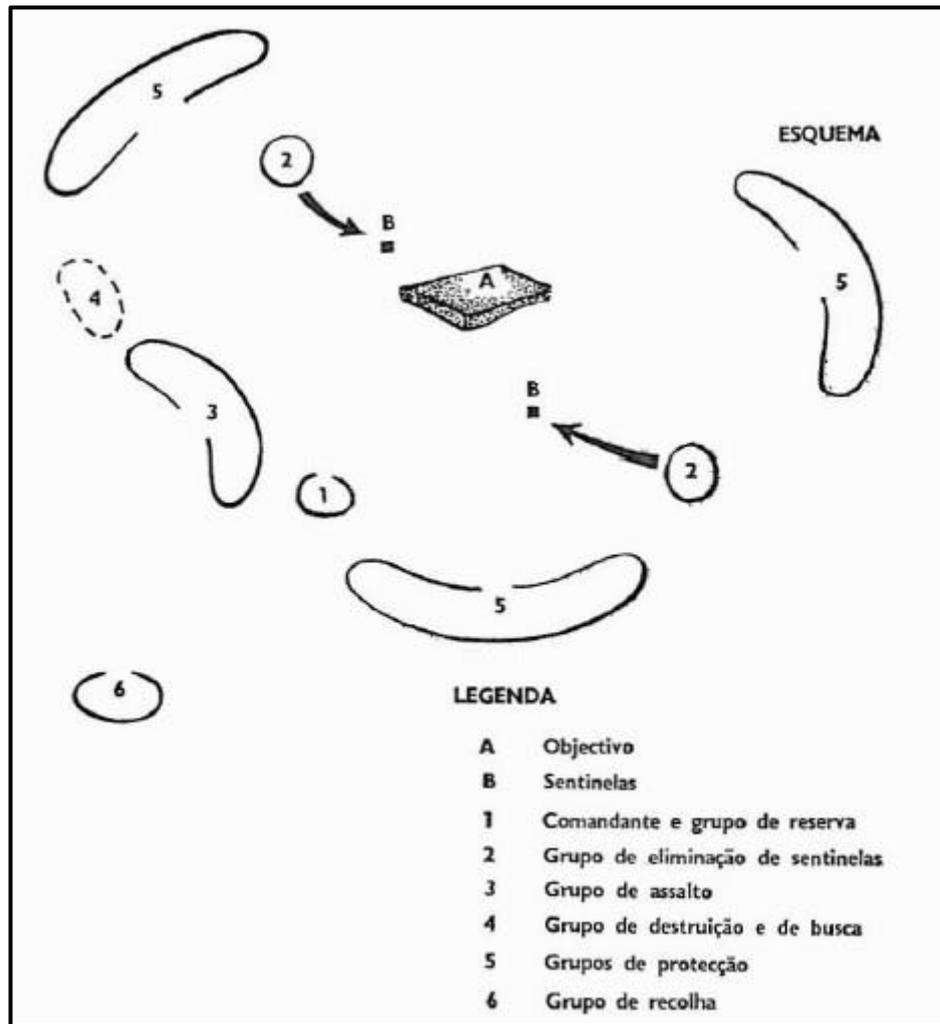


Figura nº 3 – Golpe de mão

Fonte: (EME, 1961)

O cerco e limpeza de uma povoação implicava maior efetivo que as ações anteriormente referidas, podendo estar integrado em outras operações de maior envergadura (figura nº 4). Esta ação destinava-se a capturar pessoal e/ou material ou a controlar a população. A força articulava-se em comando, grupos de anel exterior, de anel interior, de limpeza e de reserva. O anel exterior visava isolar o objetivo, enquanto o anel interior impedia que elementos saíssem do mesmo. Seria então executada a ação principal pelos grupos de limpeza, tantos quantos os necessários, após a qual a força retirava (EME, 1961, pp. 156-165).

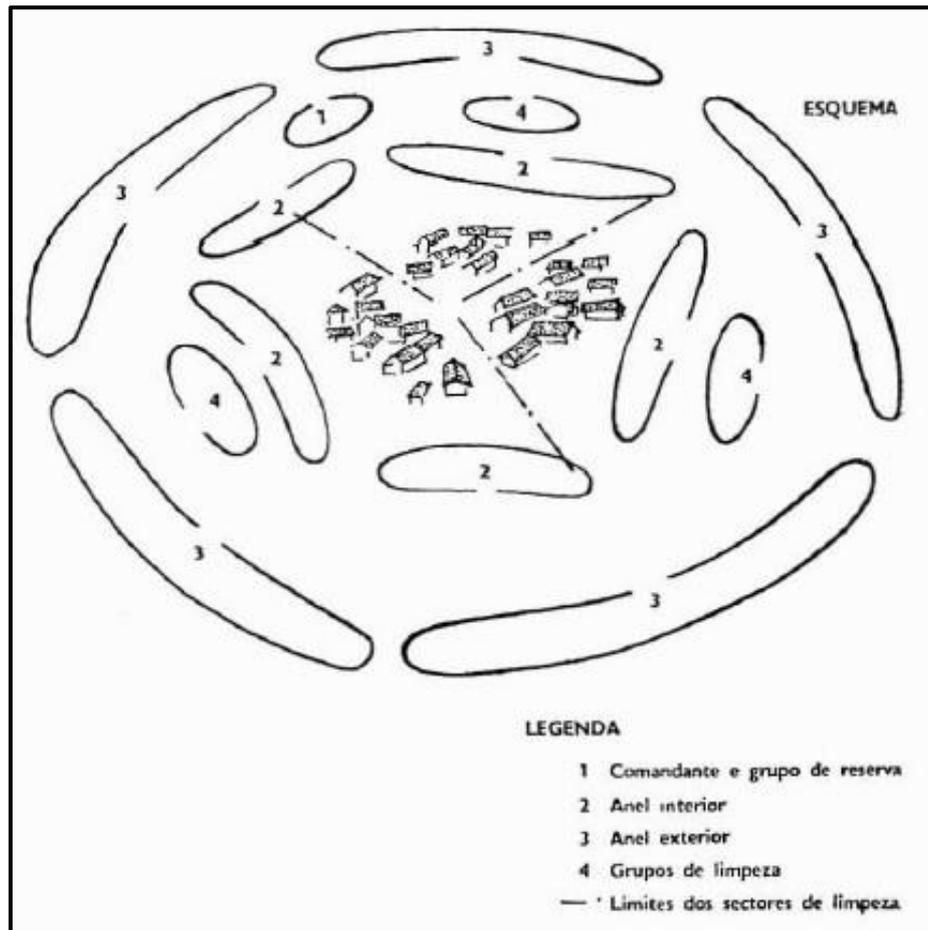


Figura nº 4 – Cerco e limpeza de povoações

Fonte: (EME, 1961)

A batida era uma ação executada numa área delimitada, com a finalidade de capturar pessoal e/ou material ou de flagelar elementos da ameaça (figura nº 5). A força era articulada em comando, grupos de cerco, de batida e reservas. Com uma execução similar às ações de cerco e limpeza de povoações, após a execução de reconhecimentos, o grupo de cerco isolava a área a bater, impedindo que alguma ameaça do exterior intervisse na ação de batida. Seriam constituídos normalmente dois grupos de batida, que seguiriam um à retaguarda do outro. Desencadear-se-ia a ação principal e, após a conclusão da mesma, as forças retiravam do local (EME, 1961, pp. 165-173).

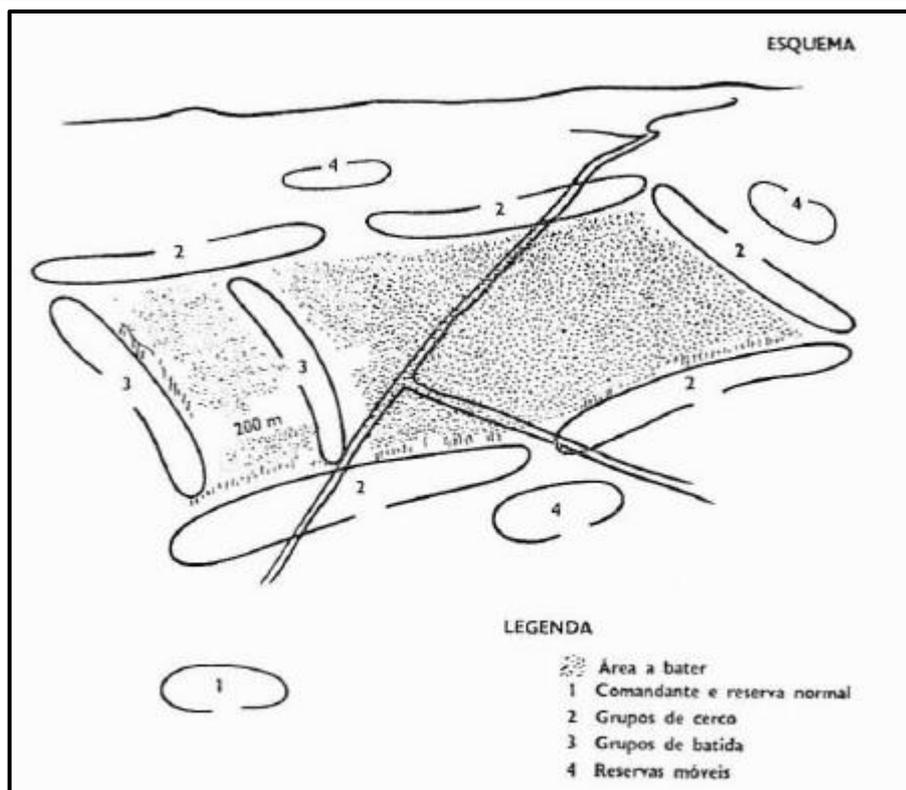


Figura nº 5 – Batida

Fonte: (EME, 1961)

Terceiro período – 1964 a 1966

Fruto da experiência adquirida, em 1963 foi terminada a ampla revisão do guia doutrinário de 1961, mantendo o mesmo nome, mas sendo considerado uma primeira edição. Apresentam-se de seguida as inovações plasmadas neste guia, bem como as diferenças principais em relação ao guia de 1961.

No quarto capítulo da primeira parte do referido guia, são introduzidos novos conceitos de atuação, nomeadamente a função de quadrícula, a função de intervenção e a interdição de fronteiras.

Uma unidade com a função de quadrícula (figura nº 6) ocupava um setor atribuído, no qual iria dispor as suas unidades subordinadas de modo a defender pontos sensíveis, garantir a utilização de itinerários, obter informação acerca da ameaça, do terreno e da população, manter contacto com e controlar a população e, dentro das suas possibilidades, atuar contra a ameaça, sendo a natureza das suas ações maioritariamente defensiva (EME, 1963, pp. 20-27).

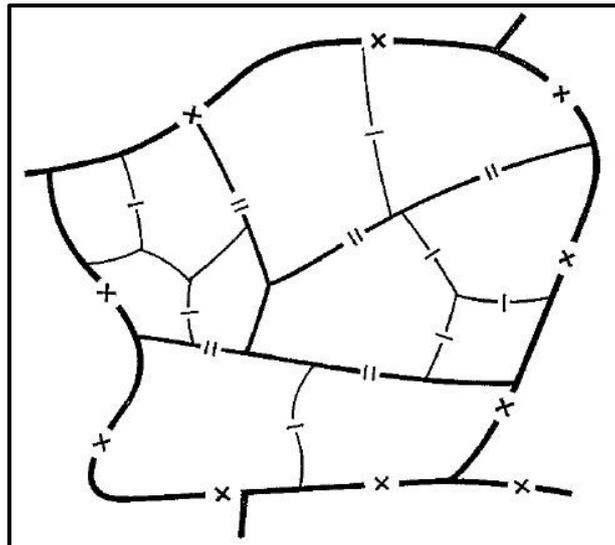


Figura nº 6 – Quadrícula

Fonte: (EME, 1963)

As unidades com a função de intervenção (figura nº 7) cumpriam missões de cariz essencialmente ofensivo, nomeadamente atuar contra uma ameaça que atacasse unidades amigas, povoações ou instalações importantes, detetar e atuar contra a ameaça, com prioridade para as áreas onde as unidades com a função de quadrícula sejam reduzidas ou onde não existam tais unidades, e atacar elementos e instalações da ameaça (EME, 1963, pp. 27-38).

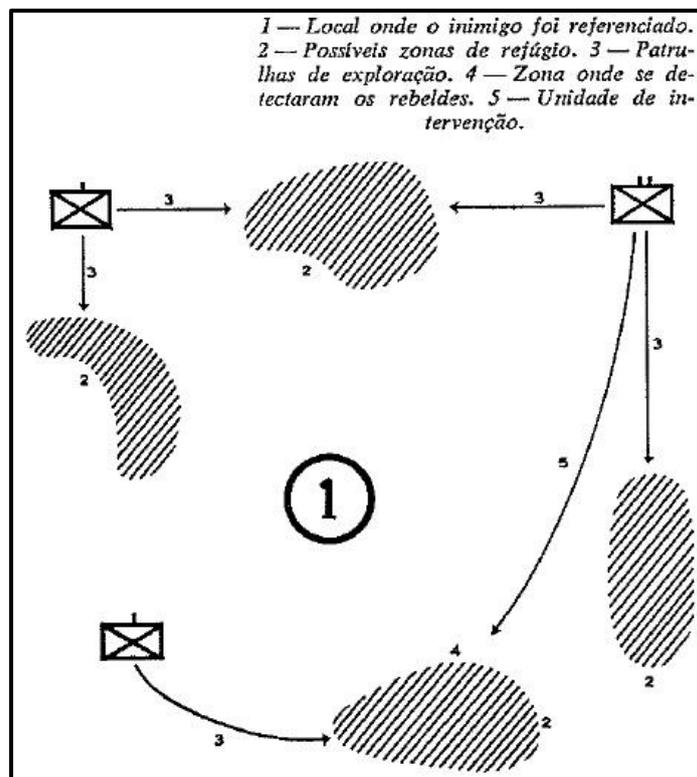


Figura nº 7 – Intervenção

Fonte: (EME, 1963)



Já as unidades destinadas à interdição de fronteiras tinham por finalidade impedir o apoio externo aos elementos da ameaça. Estabelecia-se uma faixa de terreno onde era interdita a circulação de civis, permitindo assim um melhor controlo por parte das forças portuguesas (figura nº 8). Eram unidades similares às de função de quadrícula, com a particularidade de que os seus setores seriam menores. Montavam postos militares e patrulhavam intensamente o setor atribuído, mantendo em reserva unidades com maior mobilidade, quer por via terrestre, quer por via aérea (EME, 1963, pp. 38-43).

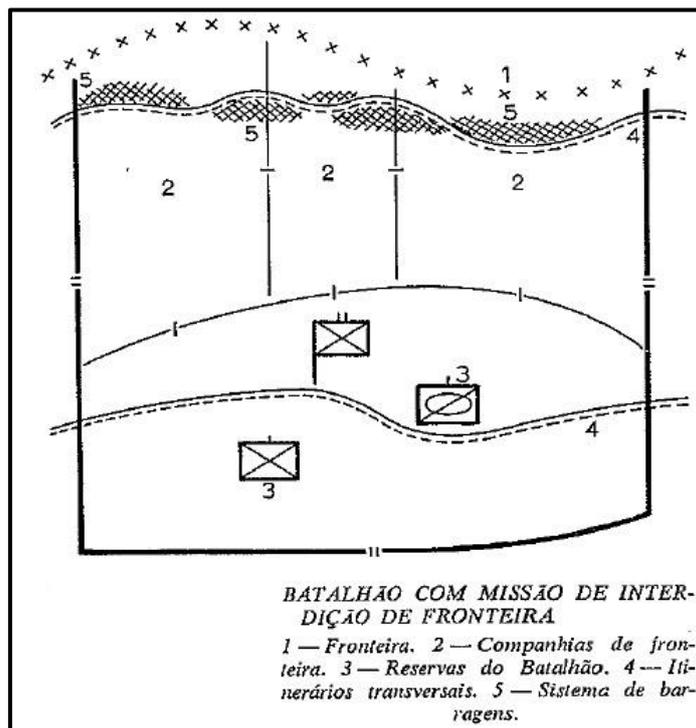


Figura nº 8 – Interdição de fronteira

Fonte: (EME, 1963)

No que concerne às ações de patrulhamento, abordadas no terceiro capítulo da segunda parte, foi nesta altura introduzido o conceito de patrulhas de nomadização (figura nº 9). Na sua essência, eram patrulhas articuladas e equipadas para ações ofensivas, com capacidade para operarem longe dos locais normais de estacionamento das forças por vários dias, cuja finalidade era detetar e neutralizar ameaças. Poderiam ter efetivo variável (desde secção a companhia), sendo que um pelotão ou uma companhia podiam estabelecer bases de patrulha temporárias a partir das quais lançavam patrulhas de efetivo mais reduzido. Não sendo operações decisivas, requeriam outras unidades com elevada mobilidade, prontas a desencadear ações ofensivas que permitissem complementar a sua ação e cumprir a finalidade das patrulhas. Embora a duração das patrulhas pudesse chegar aos cinco dias, o aconselhável seria não ultrapassar os três dias de atuação (EME, 1963, pp. 44-64).

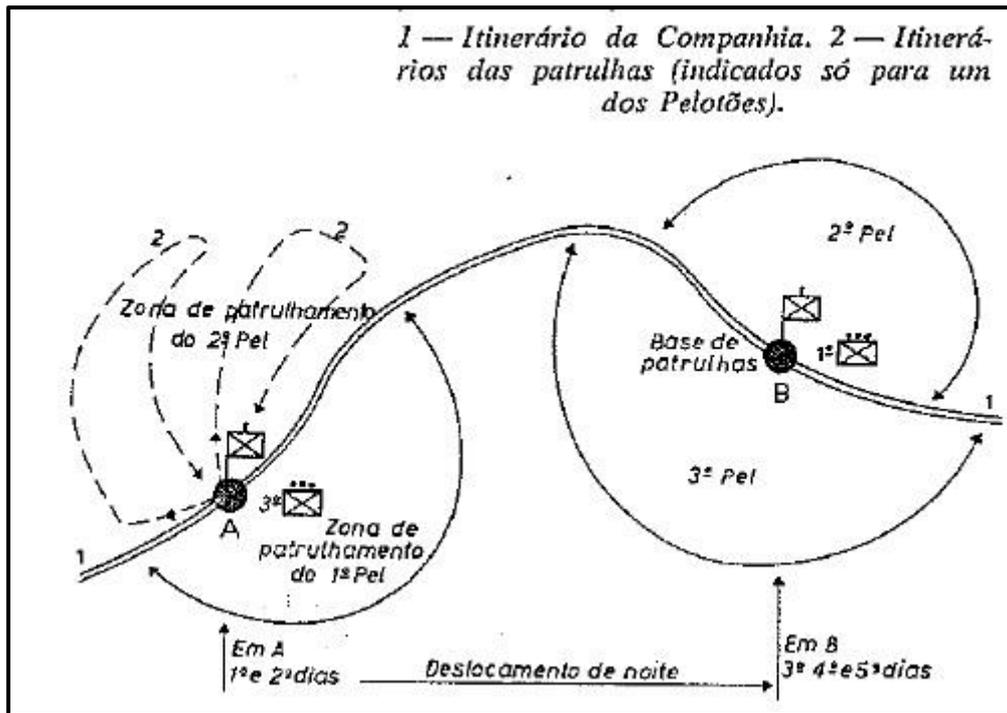


Figura nº 9 – Nomadização

Fonte: (EME, 1963)

O quarto capítulo engloba os conceitos de batida e operação de cerco. Ambas envolvem uma limpeza de uma zona, passando a ser esta a designação deste tipo de ações. A diferença essencial é que a batida não implicava o estabelecimento de um cerco à zona a limpar. Sendo assim, uma operação de cerco necessitaria, naturalmente, de um maior número de unidades, incluindo apoio aéreo, tanto para apoiar pelo fogo as restantes unidades de manobra como para evacuar feridos. A vantagem principal é que permitia a destruição da ameaça, ao passo que a batida se limitava a libertar uma zona de ameaças (EME, 1963, pp. 1-5).

Quarto período – 1967 a 1974

Com o decorrer do conflito, é concluída em 1966 a segunda edição do guia *O Exército na Guerra Subversiva*. Esta nova edição, apesar de ser de facto uma atualização com base na experiência, não continha alterações profundas como aquelas que se verificaram entre as publicações de 1961 e de 1963. Quem já tinha na sua posse a primeira edição, facilmente se atualizava com a segunda edição, conforme é referido na introdução da mesma (EME, 1966, p. XV). Assim sendo, esta segunda edição do guia representava a consolidação da doutrina desenvolvida até então, a qual continuou a ser aplicada até ao fim da guerra, a par de outras publicações desenvolvidas no IAEM, no CIOE e na Academia Militar (EME: CECA, 1990, pp. 139-140).



Grandes operações

Durante todo o conflito, as tarefas descritas anteriormente eram as executadas com maior frequência. Porém, esporadicamente era necessário por em prática grandes operações, levadas a cabo por um número elevado de unidades e durante um longo período de tempo, chegando mesmo a durar cerca de um mês. Considerando todas as desvantagens que uma operação desta envergadura acarretava, desde o elevado apoio logístico necessário, ao forte impacto na população, à necessidade de desguarnecer determinadas áreas para concentrar potencial de combate, entre outros fatores, só seriam desencadeadas pelos comandos dos escalões mais elevados, os quais teriam as informações necessárias acerca da situação que justificassem tais operações (EME: CECA, 1990, pp. 152-153).

c. Síntese conclusiva

No que diz respeito aos fundamentos, conceitos doutrinários e sua evolução no período em análise, aplicados à função de combate movimento e manobra, foi possível destacar que Portugal se terá preparado para o conflito através do estudo e adaptação de conceitos emergentes noutros países, aplicando-os à situação dos seus territórios em África, neste caso em Angola. Para fazer face à subversão, desencadeada por elementos da população para derrubar as autoridades legítimas, usando táticas de guerrilha contra as forças militares dessas autoridades, foi usada precisamente a contrassubversão, fazendo uso de táticas de contraguerrilha, em tudo similares às de guerrilha, contra os elementos subversivos.

Com o decurso do conflito, a doutrina foi sendo testada e consolidada, adaptando-se à realidade com base na experiência adquirida, sendo possível evidenciar quatro períodos distintos. Num primeiro período, o esforço consistiu na aprendizagem e adaptação da doutrina, posteriormente verificou-se a aplicação da mesma no conflito, seguindo-se a sua análise e evolução, culminando num quarto período com a consolidação da doutrina em várias publicações. Em suma, verificou-se a adoção do conceito de guerra subversiva, em que se procurou manter a iniciativa à custa de ações ofensivas de pequenas unidades.

Tendo em conta todos estes aspetos, foi possível reter quais os fundamentos, conceitos doutrinários e sua evolução, aplicados à função de combate movimento e manobra, dando assim resposta à primeira pergunta derivada.



2. Caracterização das forças de manobra

Neste capítulo, procurou-se caracterizar as forças de manobra e o seu dispositivo. Para tal, serão apresentados os tipos de forças e a sua articulação, salientando-se algumas das suas potencialidades, bem como o seu dispositivo ao longo do período da campanha.

a. Forças de manobra

As forças de manobra assentavam essencialmente na tradicional divisão por armas (infantaria, cavalaria, artilharia e engenharia), apesar da tipologia de missões impostas pela guerra subversiva ser bem diferente da convencional.

Todas as unidades projetadas para o TO eram organizadas com base na infantaria ligeira. Apesar das unidades manterem a sua designação de origem (por exemplo, uma força aprontada na Escola Prática de Artilharia ficava com a designação de bateria de artilharia), na realidade o seu emprego era semelhante ao de uma companhia de caçadores com as suas missões inerentes à infantaria. Poucas foram as que mantiveram algumas características que as distinguiu e que realizaram operações típicas da sua vocação original (Afonso e Gomes, 2001, p. 392). As unidades mais caras, tais como as de engenharia, devido ao facto de serem em menor número no TO, eram usadas consoante as necessidades e não de acordo com a doutrina (Afonso e Gomes, 2001, p. 85).

Em termos de unidades de manobra, a tipologia de unidades manteve-se relativamente constante. Assim, assentava nos regimentos de infantaria (que foram três desde 1961 até 1974, diferindo apenas no seu número de unidades), nos batalhões de caçadores com as respetivas companhias de caçadores, cujo número aumentou de ano para ano, num grupo de reconhecimento e num batalhão de engenharia, que após 1963 se constituiu em agrupamentos de engenharia (EME: CECA, 1997, pp. 169-170).

As características próprias do conflito levaram à decisão da adoção da companhia de caçadores como a unidade base de contrassubversão, devido ao seu pequeno efetivo e autonomia logística (Afonso e Gomes, 2009, p. 290).

A companhia de caçadores era constituída por cerca de 170 homens, com organização quaternária, tendo esta sido herdada dos caçadores especiais provenientes do CIOE. A companhia estava organizada em quatro grupos de combate, constituídos por três pelotões de caçadores e um pelotão de acompanhamento munido de armas pesadas (Cann, 1998, p. 93).



Apesar das diversas situações vividas, onde por vezes se verificou a constituição de agrupamentos de forças sem composição fixa, o batalhão foi desde o início a unidade típica de comando operacional e administrativo das companhias (Afonso e Gomes, 2001, p. 85). Os batalhões de caçadores (figura nº 10), comparados com os de infantaria, eram mais aligeirados quer organicamente, com apenas quatro companhias (uma de comando e serviços e três de caçadores), quer em termos de armamento e efetivos (Afonso e Gomes, 2001, p. 97).

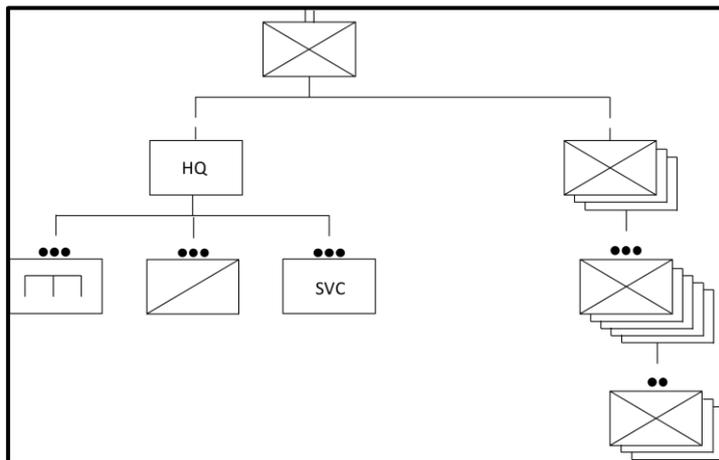


Figura nº 10 – Organização de um Batalhão de Caçadores

Fonte: Adaptado de (CDEF, 2010)

Desde o início da campanha, verificou-se o aparecimento de forças especiais que tinham a sua representação e ação próprias. Dos registos verificados, constata-se a existência de unidades regulares especiais do tipo comandos, paraquedistas e fuzileiros, bem como unidades não regulares, fruto da africanização. Como os paraquedistas e os fuzileiros pertenciam, respetivamente, à Força Aérea e à Marinha, a sua organização não é objeto de estudo neste trabalho.

Estas forças especiais surgiram porque os efetivos das unidades eram insuficientes para garantir a segurança dos aquartelamentos, os reabastecimentos, transportes e manutenção e ainda realizar ações de combate às bases da guerrilha a grandes distâncias. Assim, surgiram como forças de intervenção, libertas desse tipo de missões e colocadas à disposição do comandante (Afonso e Gomes, 2001, p. 149). Esta alteração foi vertida na doutrina, tal como referido no capítulo anterior.

Os comandos surgiram em 1962, em Zemba, no Norte de Angola, tendo sido constituídos seis grupos no Centro de Instrução Especial de Contraguerrilha. Eram grupos independentes, constituídos normalmente a partir de voluntários dos batalhões de caçadores, assumindo-se como unidades de intervenção à ordem dos comandantes-



chefes. Foram sofrendo alterações na sua organização, mas a célula-base, a equipa de cinco elementos, manteve-se durante toda a guerra (Afonso e Gomes, 2001, p. 200).

O evoluir da guerra revelou a necessidade de maiores efetivos e unidades com maior autonomia para operar num maior período de tempo e de forma autossustentada, tendo surgido uma companhia de comandos em 1964, aumentando gradualmente o efetivo e perfazendo em 1974 um total de cinco companhias (Cann, 1998, p. 94).

Em meados de 1966, surgiram as designadas forças auxiliares africanas, que foram criadas para se compensar a escassez de efetivos nas unidades, bem como procurar o envolvimento físico das populações na guerra, de modo a criar clivagem e dificultar o alastramento dos movimentos de libertação (Cann, 1998, pp. 105-106).

Estas forças auxiliares constituíram-se como unidades especiais em que se tirava partido do seu conhecimento do terreno, adaptação ao meio, expondo-os a maiores perigos e utilizando-os como fonte de informação bem como agentes de contrainformação (Afonso e Gomes, 2001, p. 339).

Inicialmente eram constituídas por diversas forças, que iam desde forças especiais de contrassubversão, passando por grupos criados por iniciativas diversas, tais como:

- Milícias, unidades paramilitares usadas na proteção de aldeias (Cann, 1998, p. 117);
- Grupos Especiais (GE), pequenas formações de 16 homens que eram voluntários, incluindo capturados em operações (Cann, 1998, p. 116);
- Tropas Especiais (TE), antigos guerrilheiros da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA);
- Flechas, organização dependente da Direção-Geral de Segurança (DGS), com origem étnica nos bosquímanos (Afonso e Gomes, 2009, p. 452);
- Fiéis e Leais, antigos guerrilheiros provenientes da província de Catanga (antigo Congo Belga) e alguns refugiados da Zâmbia (Afonso e Gomes, 2001, p. 341).

b. Dispositivo

Em termos de articulação das forças, foi iniciado o Plano “Centauro Grande”, que refletia o conceito estratégico operacional terrestre a ser adotado em Angola, concretizando o primeiro dispositivo como um conceito geral de quadrícula. Em 1963, foi implementado o Plano “Marfim Negro”, que tinha como objetivo a remodelação do dispositivo das forças portuguesas, dando prioridade à zona dos Dembos, no Norte de Angola (Afonso e Gomes, 2009, p. 124).



No início da campanha, a prioridade na implementação do dispositivo era dificultar ou impedir a ligação dos guerrilheiros ao Congo, cortando-lhes as linhas de reabastecimentos através da fronteira (Afonso e Gomes, 2001, p. 40). Assim, o objetivo era combater os grupos de resistência ao longo da fronteira e ao mesmo tempo iniciar a ocupação intensiva, dispersando forças por todo o território.

Para tal, adotou-se a técnica de *quadrillage* que os franceses tinham utilizado na Argélia, procedendo-se à divisão do território numa quadrícula, em que eram atribuídas zonas de ação (ZA) ou áreas de responsabilidade a uma dada unidade, cujo número de batalhões variava consoante a ameaça (Afonso e Gomes, 2009, p. 124).

Nesta base, era atribuído a cada Região Militar um comando local, que podia ser Comando Territorial ou Comando Militar, que por sua vez se subdividia em Zonas Militares e estas em Setores, consoante a extensão do território e a atividade da guerrilha (Cann, 1998, p. 90). Existiam assim as seguintes áreas:

- Província = Região Militar;
- Distrito = Comando Territorial ou Comando Militar;
- Concelho ou Circunscção = Zonas Militares;
- Postos, Freguesias ou Aldeias = Setores.

A análise do dispositivo desta campanha foi efetuada consoante se constataram alterações significativas, não se verificando regularidade no espaçamento temporal (EME: CECA, 1997, p. 12).

Na realidade, as primeiras unidades que chegaram a Angola não integraram uma quadrícula nem receberam uma ZA, foram-lhes definidas áreas com objetivos e missões específicas (Afonso e Gomes, 2009, p. 125).

No início de 1961, tinham sido criadas cinco regiões militares, em que a 3ª Região Militar correspondia ao território de Angola e S. Tomé e Príncipe e que se subdividia em:

- Comando Territorial do Norte;
- Comando Territorial do Centro;
- Comando Territorial do Sul;
- Comando Territorial do Leste;
- Circunscção Militar de Cabinda;
- Comando Territorial de S. Tomé e Príncipe.



Todos estes Comandos Territoriais tinham regimentos e batalhões em determinadas regiões que constituíam um primeiro dispositivo militar que enfrentava o início da sublevação ativa (EME: CECA, 1997, p. 63).

Em fevereiro de 1961, o dispositivo militar em Angola limitava-se a três regimentos e dois batalhões de caçadores: o Regimento de Infantaria de Luanda (RIL), o Regimento de Infantaria de Nova Lisboa (RINL), o Regimento de Infantaria Sá da Bandeira (RISB), o Batalhão de Caçadores nº 1 em Cabinda e o Batalhão de Caçadores nº 3 em Carmona (figura nº 11). Outras regiões da Província eram ocupadas por companhias e pelotões de caçadores espacialmente distantes uns dos outros, não tendo correspondência direta à divisão administrativa de Angola (EME: CECA, 1997, pp. 71, 72).

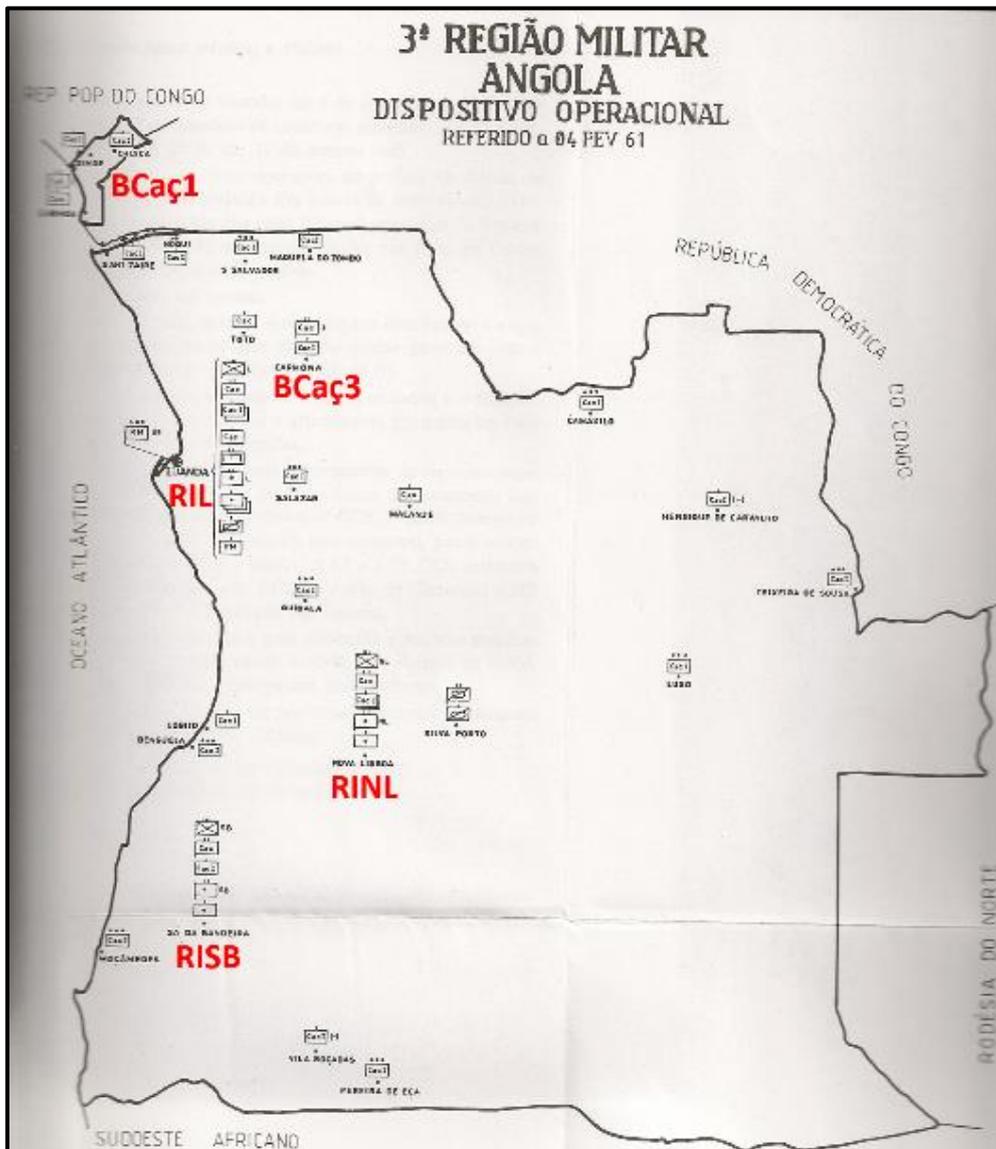


Figura nº 11 – Dispositivo Operacional em fevereiro de 1961

Fonte: Adaptado de (EME: CECA, 1997)



Esta organização entendeu-se como necessária para a criação de um dispositivo de proteção e garantia de segurança às populações, com especial incidência para o Norte, denominada de Zona Sublevada Norte (ZSN), devido ao elevado número de ações por parte dos guerrilheiros nesta área.

Através da diretiva de 16 de junho de 1961 do Comando-Chefe das Forças Armadas de Angola, foram criados seis setores operacionais (SO) dentro da ZSN, numerados de um a seis e atribuídos aos comandos operacionais respetivos (EME: CECA, 1997, p. 64).

Em novembro de 1961 (figura nº 12), com o aumento de unidades a serem mobilizadas, conseguiu-se dar execução às diretivas do Secretariado-Geral da Defesa Nacional (SDGN) e foram definidas quatro zonas de intervenção (EME: CECA, 1997, pp. 65, 85, 87). Estas zonas foram criadas devido à necessidade de ter unidades de intervenção em permanência nas regiões. Assim, a ZSN passou a designar-se Zona de Intervenção Norte (ZIN), constituída pelos mesmos seis setores e acrescentado um setor denominado L- Luanda. Foram criadas a Zona de Intervenção Leste (ZIL), a Zona de Intervenção Centro (ZIC) e a Zona de Intervenção Sul (ZIS) (EME: CECA, 1997, p. 88).

Em termos de dispositivo, a ZIN era constituída por 25 batalhões, divididos de acordo com as necessidades de intervenção face à guerrilha pelos sete SO, enquanto as outras zonas de intervenção (ZIL, ZIC e ZIS) apenas tinham um batalhão cada (EME: CECA, 1997, p. 90).

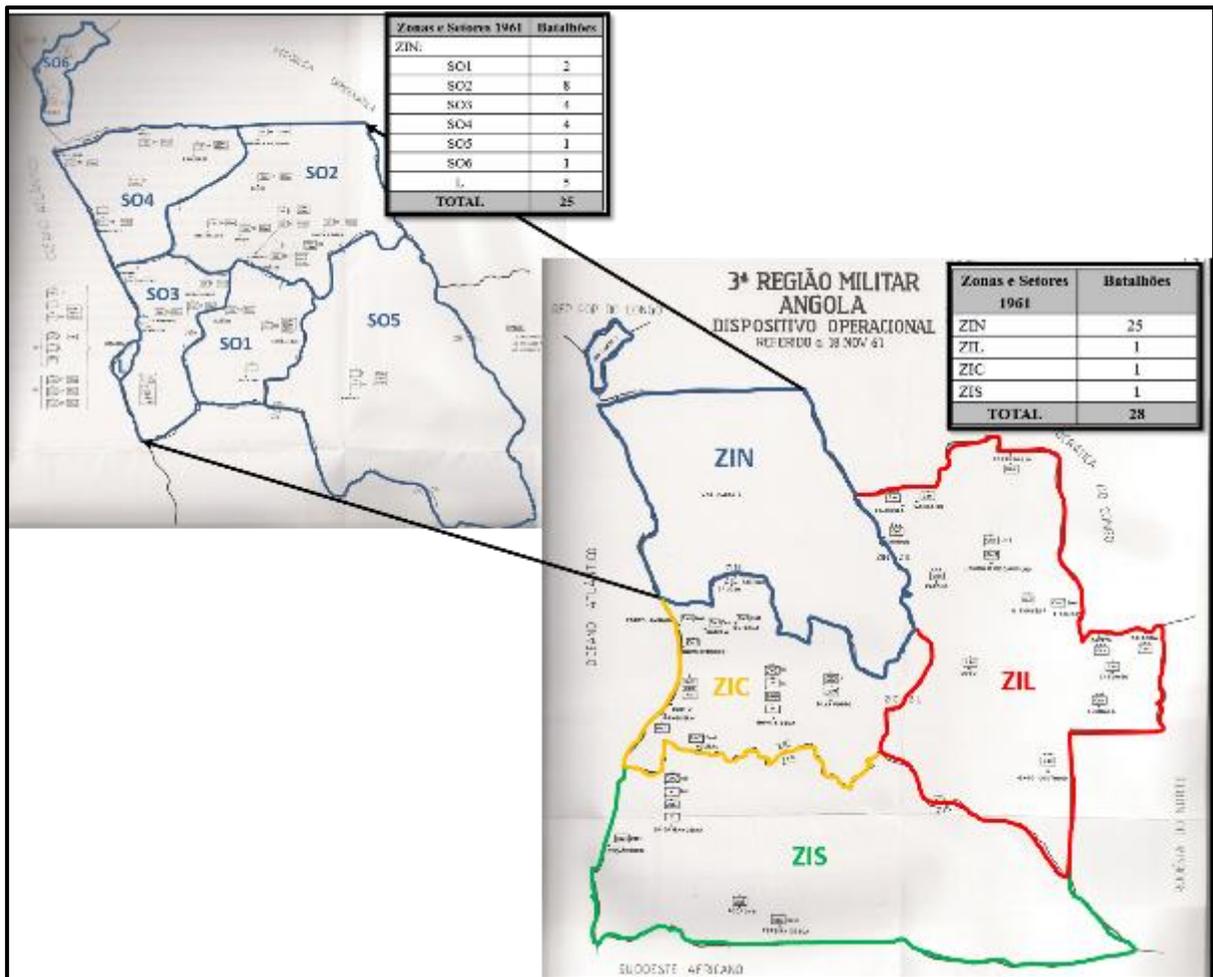


Figura nº 12 – Dispositivo Operacional em novembro de 1961

Fonte: Adaptado de (EME: CECA, 1997)

Até 1966 (figura nº 13), verificou-se um aumento progressivo na quantidade dos efetivos, tendo-se constatado no final desse ano uma estabilização quer em termos de organização territorial quer no número de batalhões (EME: CECA, 1997, p. 127). No entanto, em meados de 1966, a ZIL foi reforçada devido ao progressivo aumento de ações subversivas no Leste (Afonso e Gomes, 2001, p. 150).

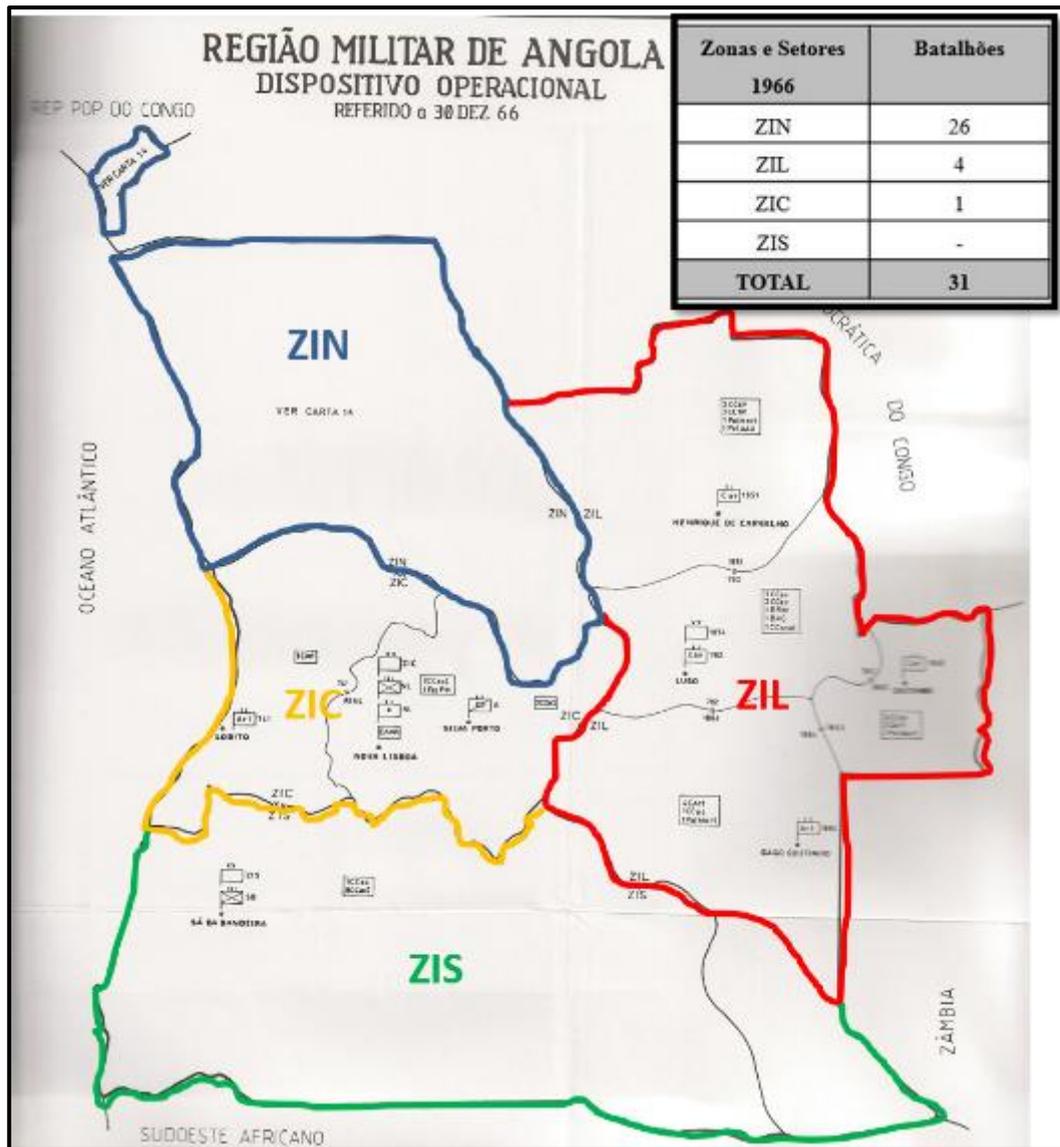


Figura nº 13 – Dispositivo Operacional em dezembro de 1966

Fonte: Adaptado de (EME: CECA, 1997)

Em julho de 1968 (figura nº 14), foi dada uma nova designação às zonas de intervenção e setores, passando a ser a seguinte:

- Zona Militar Norte (ZMN) constituída por cinco distritos: Zaire, Luanda, Uíge, Cuanza Norte e Malanje;
- Zona Militar Leste (ZML) constituída por dois distritos: Lunda e Moxico;
- Zona Militar Centro (ZMC) constituída por três distritos: Cuanza Sul, Benguela e Bié;
- Zona Militar Sul (ZMS) constituída por dois distritos: Moçâmedes e Huíla.

Estas Zonas Militares foram criadas com o objetivo de adaptar o dispositivo à divisão administrativa, de modo a que os setores correspondessem tanto quanto possível a Distritos (Afonso e Gomes, 2009, p. 441).

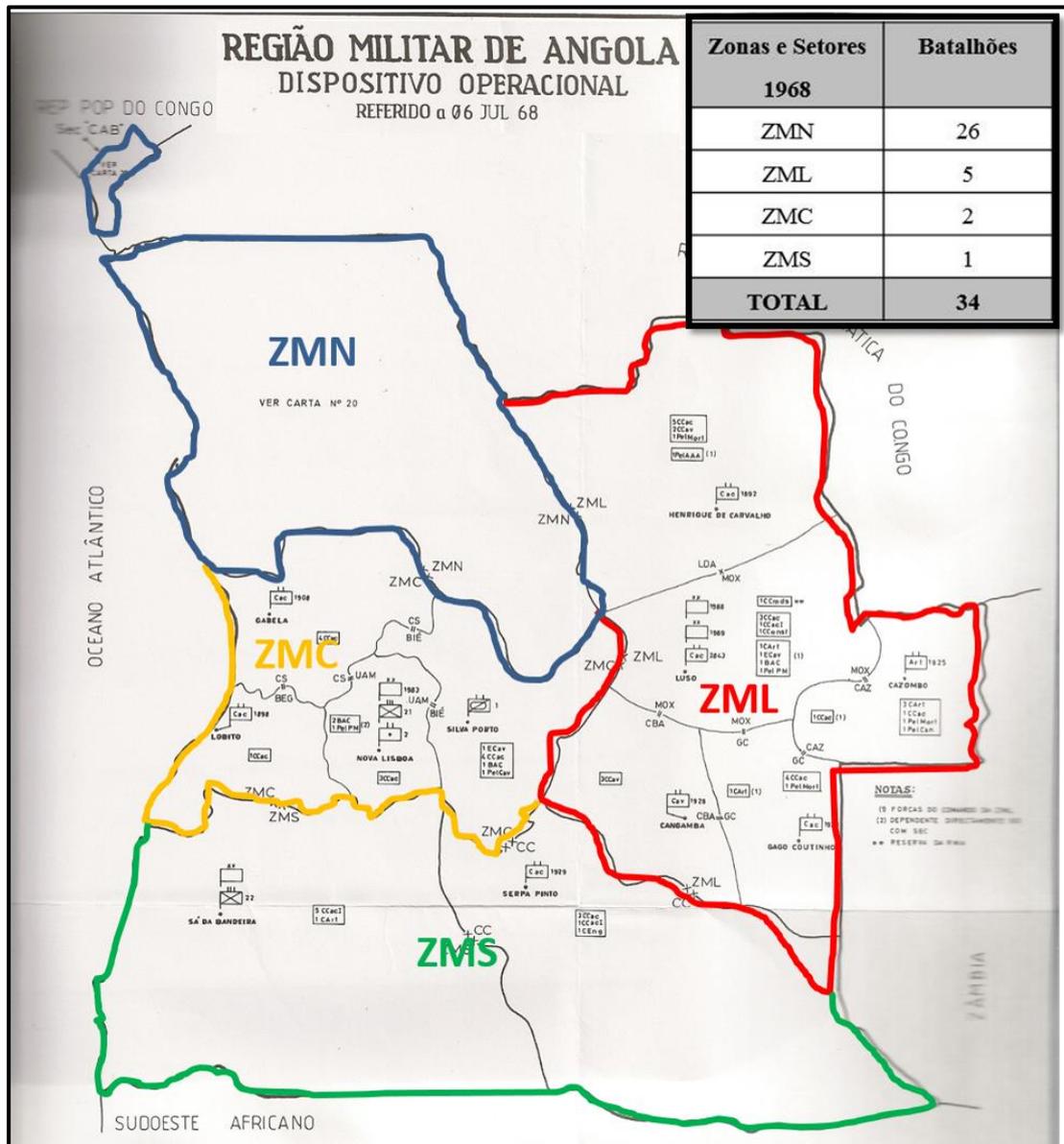


Figura nº 14 – Dispositivo Operacional em julho de 1968

Fonte: Adaptado de (EME: CECA, 1997)

Em fevereiro de 1971, verificaram-se alterações profundas nos limites das zonas militares anteriormente estabelecidas, bem como na área dos seus setores (figura nº 15). No entanto, as designações mantiveram-se e, dada a atuação das milícias, houve um novo reajuste do número de Batalhões presentes (EME: CECA, 1997, p. 153).

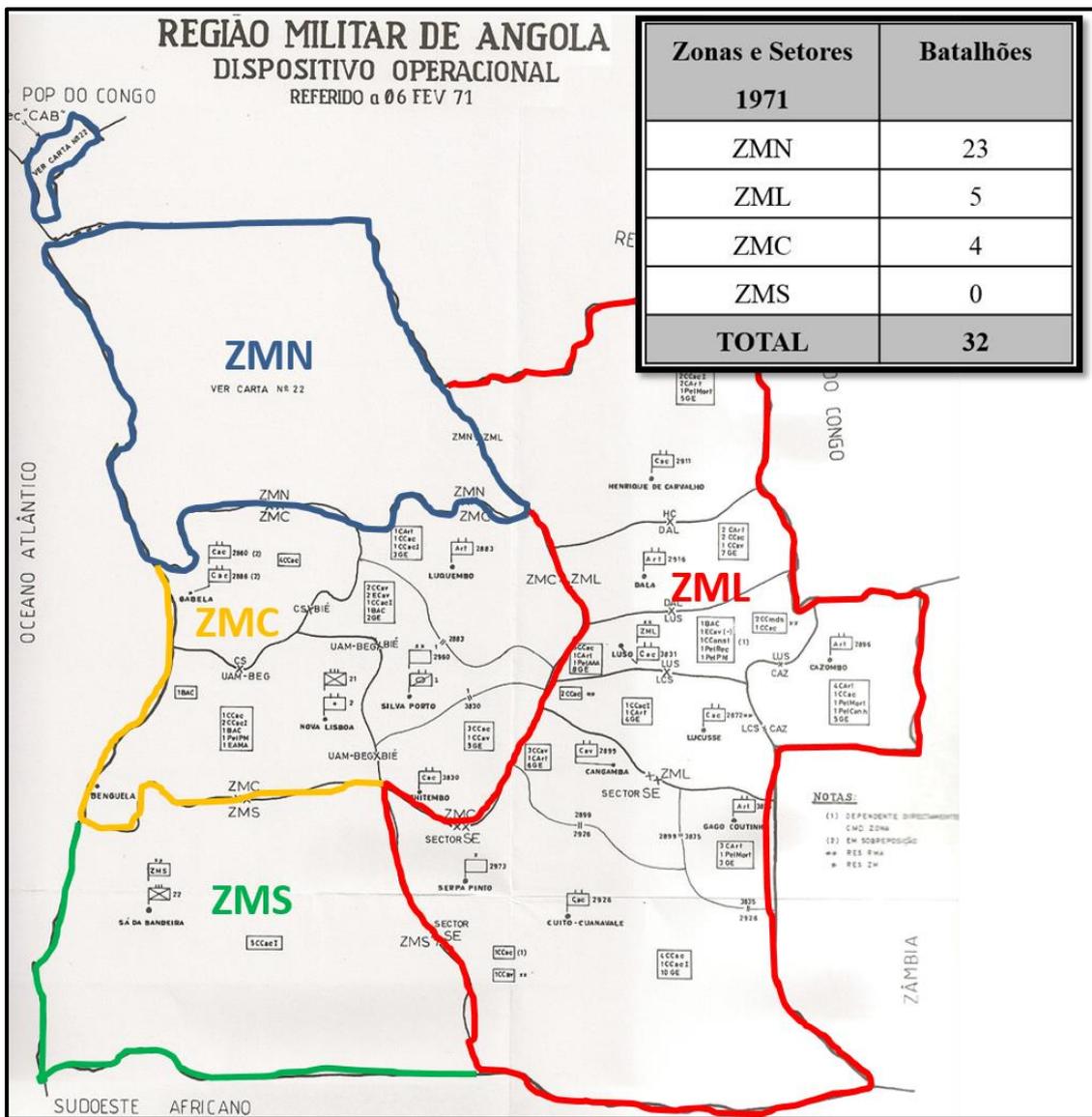


Figura nº 15 – Dispositivo Operacional em fevereiro de 1971

Fonte: Adaptado de (EME: CECA, 1997)

Em 1974 (figura nº 16), segundo os registos, as zonas militares existentes até ao momento são mantidas, mas os setores Cabinda, Malanje e Luanda passam a ser considerados como zonas militares (EME: CECA, 1997, p. 167).

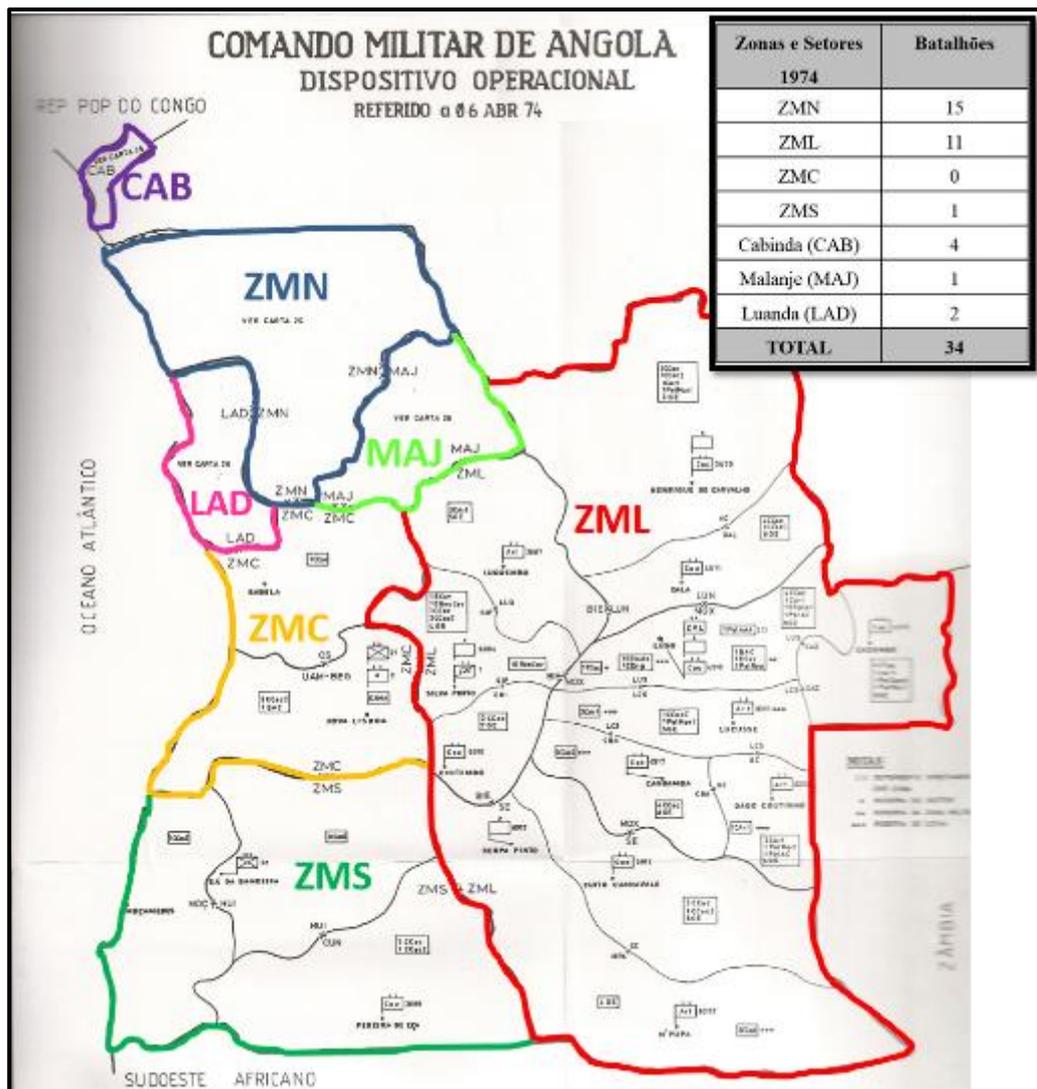


Figura nº 16 – Dispositivo Operacional em abril de 1974

Fonte: Adaptado de (EME: CECA, 1997)

c. Síntese conclusiva

Neste capítulo, foi abordada a caracterização das forças de manobra e o seu dispositivo. Neste âmbito, destacou-se que as forças de manobra, apesar da diferente tipologia de missões, baseavam-se na divisão típica por armas. Em termos de unidades, estas assentavam nos regimentos de infantaria, batalhões de caçadores, grupo de reconhecimento e algumas unidades de engenharia. Devido à especificidade da guerra subversiva, concluiu-se que a companhia de caçadores seria a unidade base de contrassubversão. Com o decorrer das operações, verificou-se a necessidade do emprego de forças especiais, colocadas à disposição dos comandantes para missões específicas, libertando as companhias de caçadores desse tipo de missões, otimizando assim o emprego das forças. Em termos de dispositivo, adotou-se a técnica da quadrícula, atribuindo ZA ou áreas de responsabilidade a cada unidade. Ao longo do



tempo, o dispositivo e as suas designações foram sofrendo ligeiras alterações, muito devido à divisão administrativa da região, bem como para fazer face à atuação da guerrilha. Assim, numa primeira fase, o esforço foi direcionado para o Norte, tendo sido esta zona subdividida em SO de modo a otimizar o emprego das forças. Numa segunda fase, o esforço foi redirecionado para o Leste, devido ao aumento de ações por parte da guerrilha nessa zona.

Pelo anteriormente referido, foi possível caracterizar as forças de manobra e o seu dispositivo, respondendo assim à segunda pergunta derivada.



3. Movimento e manobra

Neste capítulo, pretendeu-se analisar a manobra tática empregue no período da Guerra, para compreender qual o impacto da aplicação da função de combate movimento e manobra no decorrer da campanha, pelo que se subdivide o seu estudo na análise das tarefas principais que a constituem, nomeadamente movimentos táticos e manobra, e mobilidade e contramobilidade.

a. Movimentos táticos e manobra

Segundo Rodrigues (2000, p. 104), a Guerra em Angola, após o início da violência em 1961, é definida por três fases: a da contenção e ocupação militar do território à redução sistemática da violência no Norte, a reiteração do esforço igualmente no Norte e a mudança do esforço estratégico para o Leste.

Assim, será feita em cada uma destas fases o destaque da aplicação dos movimentos táticos e da manobra, com recurso à análise de algumas operações executadas, bem como a apresentação da tipologia de ações desenvolvidas.

Primeira Fase² – Da contenção e ocupação militar do território à redução sistemática da violência no Norte

No decorrer desta primeira fase, analisam-se as Operações Viriato (figura nº 17) e Três Mosqueteiros (figura nº 18), de onde será possível destacar a aplicação dos conceitos de movimentos táticos, golpe de mão, emboscada e patrulhamentos.

A Operação Viriato³ desenrolou-se através da progressão de três unidades, apoiadas por meios de artilharia, engenharia e pela Força Aérea (Afonso e Gomes, 2001, p. 50). O conceito de operação assentava na ocupação e limpeza de área, fazendo convergir as três unidades, por diferentes eixos de progressão até ao objetivo, em Nambuanguo (Afonso e Gomes, 2001, p. 48).

A operação decisiva assentou no itinerário Caxito-Quixacale-Nambuanguo. Este constituiu-se como eixo de progressão do Batalhão de Caçadores nº 114, reforçado com uma secção de canhão sem recuo e com elementos de engenharia. Esta unidade efetuou ações de limpeza de área até à região de Quicabo, onde foram efetuadas várias batidas e operações de limpeza, não tendo no entanto alcançado a região de Nambuanguo (EME: CECA, 1998, pp. 282-286).

A operação de moldagem assentou em outros dois itinerários. O itinerário Ponte do Dange-Mucondo-Muxaluando-Nambuanguo constituiu-se como eixo de

² Entre 1961 e 1966.

³ A operação teve início a 10 de julho de 1961.



progressão para o Batalhão de Caçadores nº 96, reforçado com um pelotão de engenharia. Esta unidade alcançou a região de Nambuanguongo sem resistência, após o que iniciou operações de patrulhamento, segurança e limpeza (EME: CECA, 1998, pp. 289-293). O itinerário Ambriz-Quimbunbe-Zala-Nambuanguongo constituiu-se como eixo de progressão para o Esquadrão de Cavalaria nº 149, que alcançou Nambuanguongo depois do Batalhão de Caçadores nº 96, tendo sido reforçado com dois pelotões do Batalhão de Caçadores nº 158 (EME: CECA, 1998, pp. 293-297).

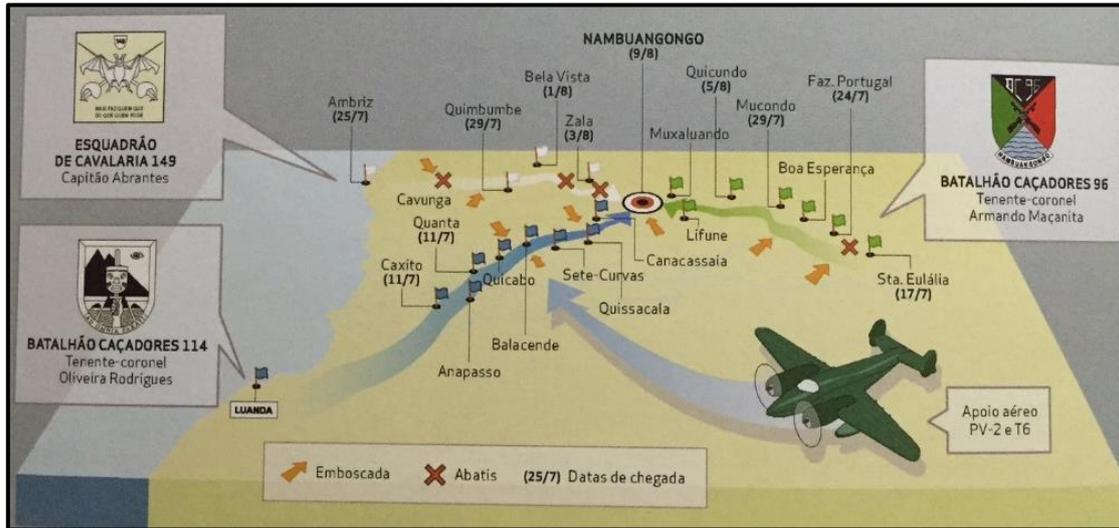


Figura nº 17 – Esquema geral da Operação Viriato

Fonte: (Afonso e Gomes, 2009)

A Operação Três Mosqueteiros⁴ tinha como objetivo atacar um quartel da guerrilha em Caluca⁵ para limpar a região da presença da ameaça. Nesta operação, foram utilizados pela primeira vez meios aéreos⁶, tendo-se iniciado com um bombardeamento executado por três aviões PV-2, após o que 16 paraquedistas foram projetados de helicóptero para executar um golpe de mão. A ação tinha por finalidade capturar guerrilheiros, documentos e armamento, tendo sido barradas as principais estradas e trilhos através da montagem de emboscadas. Posteriormente, passou-se a executar ações de nomadização na região e, com um esquadrão de cavalaria, realizou-se o reconhecimento e interdição do itinerário para São Salvador (Catarino, 2010a, pp. 4-12).

⁴ 18 de outubro de 1962, região Norte de Angola.

⁵ Sul de São Salvador do Congo.

⁶ *Alouette II*, os primeiros helicópteros a voar na Guerra Colonial. Serviam essencialmente para evacuação sanitária, tendo sido também utilizados em heliassaltos.

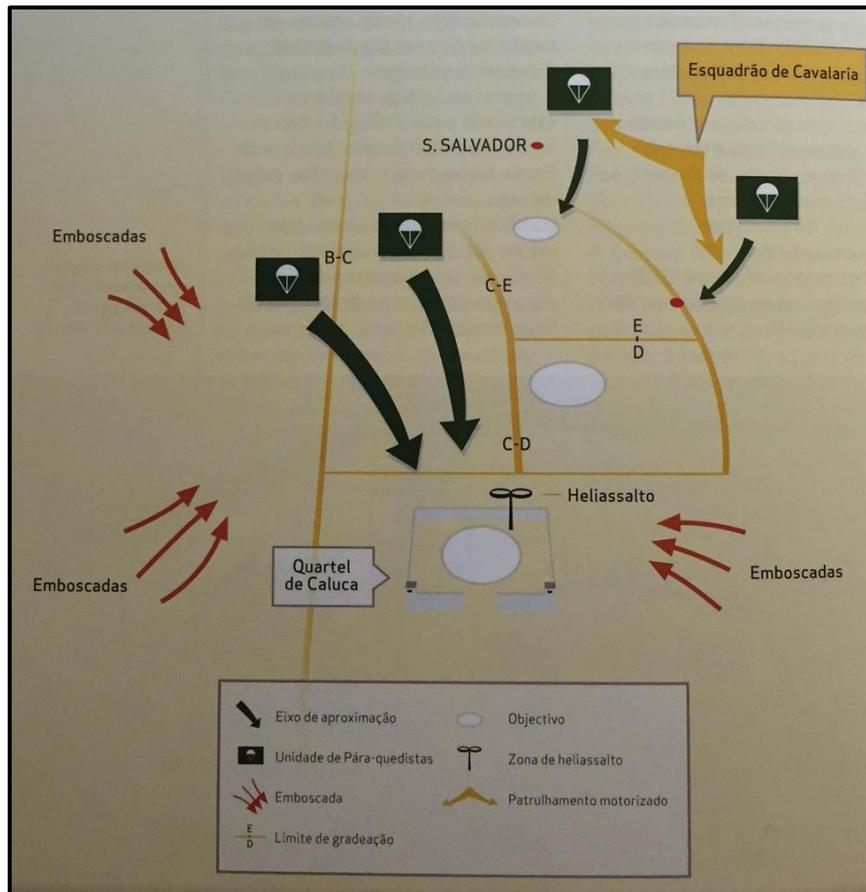


Figura nº 18 – Esquema geral da Operação Três Mosqueteiros

Fonte: (Afonso e Gomes, 2009)

As várias batidas e limpezas realizadas nestas operações tinham por finalidade expulsar, aprisionar, eliminar a ameaça e destruir as suas instalações, o seu modo de vida e a forma de combate. Nesse âmbito, parte da força percorria uma zona à procura do contacto, enquanto outra montava o cerco, impedindo a ameaça de retirar ou de reforçar. Uma batida podia ser conjugada com assaltos a objetivos definidos, sempre que possível com recurso a helicópteros. Por outro lado, um cerco, conjugado com emboscadas e com patrulhamentos apeados ou motorizados, poderia ser apoiado pela artilharia e aviação (Afonso e Gomes, 2001, p. 294).

Os patrulhamentos foram usados para obter notícias e criar instabilidade, obrigando a ameaça a deslocar-se permanentemente (Afonso e Gomes, 2001, p. 293).

No caso da Operação Três Mosqueteiros, o golpe de mão teve sucesso devido ao emprego de forças helitransportadas até às proximidades do objetivo. Era frequente, quando o efetivo o permitia, recorrer a um cerco que assegurava a detenção e a cobertura, apoiando a recolha e servindo de reserva (Afonso e Gomes, 2001, p. 296).



Segunda Fase⁷ – Reiteração do esforço a Norte

Nesta fase, designada de recuperação da população, interceção e destruição de grupos armados, analisa-se a Operação Broca, da qual se destaca a aplicação das tarefas ofensivas relacionadas com as emboscadas.

A Operação Broca⁸ teve por objetivo destruir o Comando Operacional de Angola que a FNLA tinha instalado na região de Zala-Vila Pimpa-Bico de Pato (figuras nº 19 e nº 20). Esta foi levada a cabo por uma força de duas companhias de paraquedistas, duas de comandos, apoiadas por duas de caçadores. A missão era assaltar os objetivos referenciados, destruí-los ou, no mínimo, desarticular a ameaça. Para tal, através de ações de batida e emboscada, pretendia-se aniquilar ou aprisionar elementos da ameaça, bem como o material e equipamento. A execução da operação foi precedida de ações de decesso afastadas da zona de ação, bem como de trabalhos de abertura de picadas conducentes ao objetivo como forma de apoio à mobilidade das forças. Após isto, e a partir de Zala, assaltaram os objetivos, e durante os cinco dias seguintes mantiveram-se na zona a efetuar ações de batida e emboscada sobre forças da ameaça. Foi mantida uma força de reserva a dois grupos de combate, com um alerta de dez minutos e com capacidade de helitransporte para reforçar ou assaltar objetivos periféricos (Catarino, 2010b, pp. 4-17).



Figura nº 19 – Esquema geral da Operação Broca

Fonte: (Catarino, 2010b)

⁷ Entre 1966 e 1970.

⁸ 23 de maio de 1970.

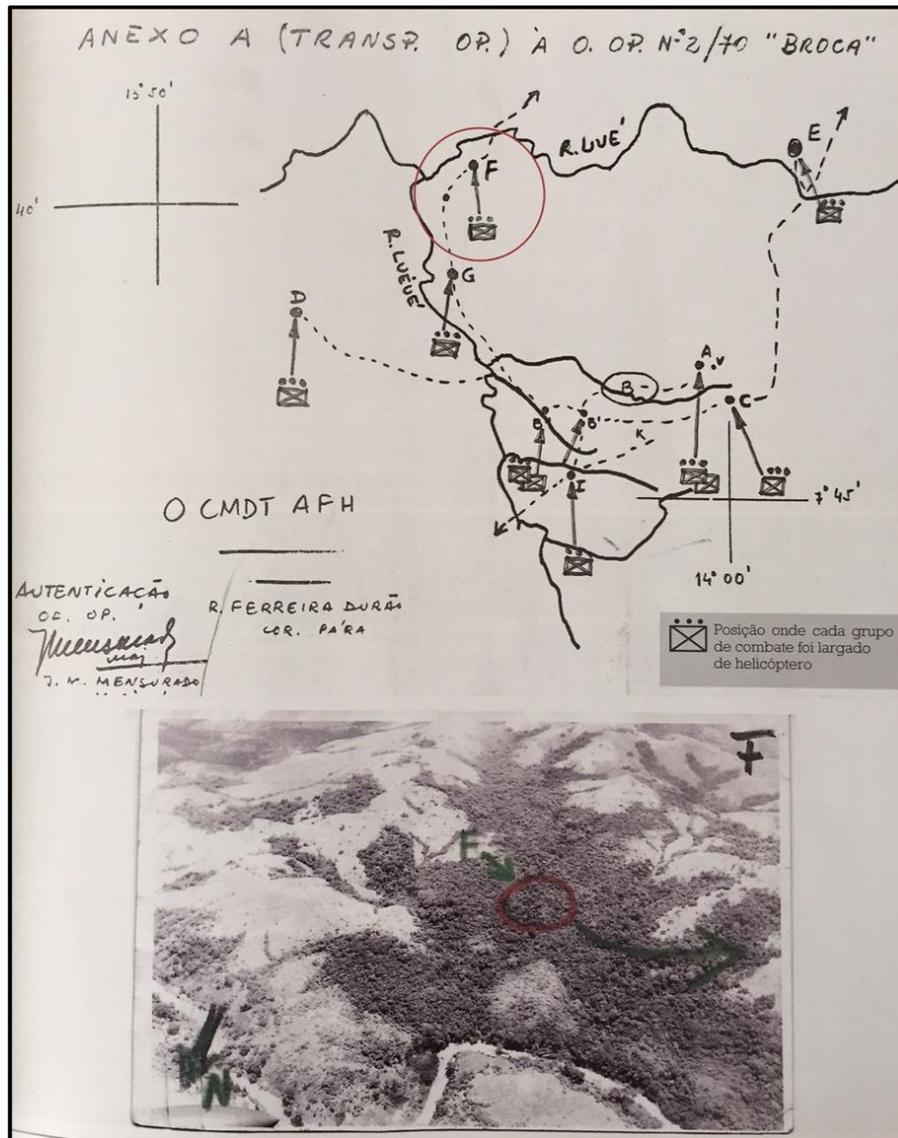


Figura nº 20 – Transparente de Operações da Operação Broca

Fonte: (Catarino, 2010b)

Nesta operação, a emboscada foi usada contra elementos em movimento baseando-se numa instalação dissimulada. A articulação do grupo de combate consistiu numa equipa de vigilância de dois homens, numa de detenção com uma metralhadora ou lança granadas e num grupo de assalto (Afonso e Gomes, 2001, p. 297).

Terceira Fase – Da mudança do esforço estratégico para o Leste⁹

Esta fase foi também designada de contenção, interceção e destruição das forças subversivas no Leste. Para tal, com recurso aos meios aéreos, projetaram-se forças de intervenção helitransportadas para as áreas vizinhas, nomeadamente forças de comandos que efetuavam a designada “caça”, reforçadas por elementos especializados em interrogatórios e por uma reserva. Este tipo de operação consistia no empenhamento

⁹ Entre 1970 e 1974.



contínuo de três companhias, encontrando-se uma unidade em operações, outra em alerta apoiada por helicópteros, pronta a atuar sobre a ameaça em fuga ou assaltar objetivos, e uma terceira, em recuperação, que era utilizada como reserva. Para o efeito, foram criados os designados Agrupamentos, a exemplo o Siroco e o Raio (Nunes, 2002, pp. 45-47).

No decorrer da campanha, fruto das condições do terreno, nomeadamente devido à orografia e vegetação existente, bem como da falta de vias de comunicação que permitissem bons acessos aos locais das operações, os deslocamentos feitos pelas tropas ligeiras enfrentaram limitações à sua mobilidade e a forma de contornar esta adversidade foi encontrada no recurso ao helicóptero e ao cavalo, como alternativa às viaturas (Cann, 1998, p. 173). A Força Aérea, fortemente influenciada na experiência francesa na Argélia, adaptou o uso do helicóptero, tendo sido um meio fundamental nas operações devido à sua versatilidade de emprego. Consequentemente, passou a ser cada vez mais utilizado em apoio às operações, o que permitiu antecipar as ações da ameaça, interceptar, cercar e destruí-la de forma mais célere (Cann, 1998, pp. 176-178).

Com recurso ao cavalo, uma patrulha conseguia deslocar-se durante uma a três semanas, com uma organização com base no pelotão¹⁰, em que a forma usual de emprego foi a progressão em cunha. As tropas montadas conseguiam ver para além da vegetação e podiam assim identificar de imediato a ameaça. Com a vantagem da velocidade aliada à posição elevada, evitavam com alguma facilidade as ações de flagelação, muito devido à forte resposta que conseguiam dar (CDEF, 2010, p. 38). O impacto psicológico, a mobilidade e a rapidez de reação era atemorizante e fez destas forças um caso de sucesso. Comparativamente com os helicópteros, os cavalos moviam-se silenciosamente através das planícies e das savanas, garantindo melhores resultados através do fator surpresa (Cann, 1998, p. 189).

Da análise destas fases e respetivas operações, destaca-se que a flexibilidade foi essencial para a contrassubversão, tendo-se relevado neste tipo de conflito a tática de pequenas unidades. Pequenas patrulhas de homens retiravam a iniciativa às forças da ameaça, podendo penetrar em terrenos acidentados para reunir informações, destruir elementos da ameaça, minimizar o tráfego de correio, solicitar apoio aéreo e de artilharia e acima de tudo estabelecer contacto com a população (Cann, 1998, p. 117).

¹⁰ Três secções de dez militares cada, mais uma secção de suporte para uma metralhadora, três lança granadas, uma ordenança, um corneteiro e um ferrador.



b. Mobilidade e contramobilidade

No que diz respeito às tarefas de mobilidade e contramobilidade, inseridas na função de combate movimento e manobra, poder-se-á encontrar a sua correspondência na campanha militar, no terceiro capítulo da primeira parte do manual de operações contra bandos armados e guerrilhas (EME, 1963, pp. 20-21), que se refere à “desobstrução, capinação, reparação, melhoramento e construção de vias de comunicação e das suas obras de arte” e à “execução de obstáculos para deter o inimigo”.

Apoio à mobilidade

A desobstrução era realizada para anular a contramobilidade das forças subversivas que, para dificultar a aproximação aos seus acampamentos ou para conduzir ações de emboscada, executavam vários tipos de obstáculos, como minagem de itinerários, armadilhas, árvores abatidas ou valas.



Figura nº 21 – Desobstrução com recurso a explosivos

Fonte: (EME, 1963)

As ações de desobstrução (figura nº 21) passavam pelo emprego de tratores de lagartas para reduzir os fossos ou valas, construídas pela ameaça nos itinerários, com a finalidade de impedir a circulação de viaturas, mas também para remover os obstáculos visíveis na estrada, tais como árvores abatidas ou pedras, podendo-se em alguns casos recorrer ao uso de explosivos para fragmentar o obstáculo e facilitar a sua remoção (caso de árvores de grande porte).

Por outro lado, em Angola, a minagem do sistema rodoviário acabou por ser a maneira mais fácil dos elementos da ameaça perturbarem a manobra e o sistema logístico terrestre dos portugueses (Cann, 1998, p. 232). Assim, sempre que os



deslocamentos atravessavam áreas suspeitas ou perigosas, era comum a criação de um grupo de desobstrução que, seguindo na frente sobre o itinerário, se destinava a detetar, levantar minas e armadilhas e remover obstruções (EME, 1966, Anx., p. 1).

Este trabalho, muito minucioso, servia para garantir a segurança da coluna que seguia na retaguarda. Destaca-se que, com a experiência adquirida nestas circunstâncias, a viatura que seguia imediatamente atrás dos sapadores, normalmente uma *Berliet*, era adaptada, sendo-lhe retirada a cobertura e os bancos, permitindo cobrir todo o chassis com sacos de terra, de modo a minimizar o efeito de um eventual rebentamento de uma mina. A viatura seguia engrenada em primeira velocidade, circulando muito lentamente, ao mesmo ritmo dos sapadores que iam “picando” o itinerário. O respetivo condutor conduzia a viatura com os pés, sobre os sacos de terra, pois de uma posição elevada conseguia de alguma maneira proteger as pernas em caso de detonação de uma mina anticarro (Grilo, 2015).

Paralelamente, a capinação (figura nº 22) era fundamental não só para permitir a circulação em segurança de viaturas e pessoal apeado, mas também, especialmente nas bermas, para eliminar a vegetação que poderia dissimular elementos rebeldes. Poderia ser feita através do corte, aplicação de produtos químicos lançados por viaturas ou aeronaves (EME, 1963, 1ª parte, Cap. II, pp. 11-13). Normalmente, recorria-se também ao emprego de equipamentos de engenharia, tipo tratores de lagartas ou motoniveladoras, para realizar estas tarefas, sendo estes os meios mais eficientes, mas sempre com as devidas precauções de segurança.



Figura nº 22 – Uso de equipamentos pesados de engenharia para capinação

Fonte: (Grilo, 1970)



No que diz respeito à construção, reparação e melhoramento de vias de comunicação em Angola, destaca-se que a mobilidade era francamente reduzida pela falta de vias de comunicação, especialmente nos terrenos mais arborizados ou nos locais com vegetação extremamente densa, como era o caso do capim.

Assim, foi importante a construção de um conjunto de vias de comunicação que permitisse uma maior mobilidade (figura nº 23), facilitando o deslocamento das forças, mas também de forma a garantir que toda a orla anterior da zona de guerrilha fosse acompanhada por estradas, com vantagens óbvias para a manobra militar (Nunes, 2002, p. 57).

Foi então elaborado um documento sobre esta matéria que envolveu, para além da engenharia militar portuguesa, a Junta Autónoma das Estradas de Angola e os Governos de Distrito, onde se encontravam previstas as principais vias, numa extensão de aproximadamente 4.000 km, tendo inclusive algumas delas sido alcatroadas para minimizar o perigo de minas. Fruto da dimensão desta obra, foi necessário recorrer também ao mercado local, através da utilização de empreiteiros civis, sendo planeado anualmente o emprego das companhias de engenharia, a quem normalmente incumbia a abertura e reparação das picadas tácticas com elevado interesse operacional (Nunes, 2002, p. 57).

Tome-se, por exemplo, as Operações Via Ápia, Grande Salto, Golpe Direto e Mundo Novo, nas quais a Companhia de Engenharia nº 2580, no Noroeste de Angola, foi chamada a executar inúmeros troços de picada em locais onde se encontravam as forças da ameaça, de modo a permitir a manobra das forças portuguesas com maior ímpeto e segurança, bem como proceder ao alargamento e melhoramento de outras (Grilo, 2015).



Figura nº 23 – Construção de uma estrada

Fonte: (Afonso e Gomes, 2001)



No seguimento da construção das vias de comunicação, foi necessário também construir ou reconstruir uma série de obras de arte, destacando-se pontões, pontes e aquedutos.

A primeira grande prova das capacidades de engenharia neste âmbito verificou-se na Operação Viriato, quando a Companhia de Sapadores nº 123 apoiou o movimento das unidades que se deslocavam para Nambuangongo, recuperando pontes destruídas e adaptando passagens a vau nos cursos de água (Afonso e Gomes, 2001, p. 400).

Normalmente, essas construções ou reparações eram limitadas ou suspensas durante a época das chuvas e, tal como para as vias de comunicação, as companhias de engenharia assumiam as obras pontuais com elevado valor tático, sendo as obras de maior porte coordenadas ao nível do Agrupamento de Engenharia de Angola (Grilo, 2015).

Apoio à contramobilidade

O emprego de tarefas de contramobilidade no âmbito das emboscadas a realizar contra a ameaça passava essencialmente pela execução de obstáculos, de modo a tirar o máximo proveito do fogo, detendo-os e impedindo-os de se dispersarem para fora da zona de morte. Esses obstáculos poderiam ser improvisados, tais como valas, abatizes, viaturas ou outros mais elaborados como redes de arame farpado, minas e armadilhas, e eram normalmente colocados no itinerário de progressão, mas também no flanco oposto àquele onde se instalava o grupo de assalto, reforçando o terreno para impedir a sua fuga após serem alvejados (EME, 1963, 2ª parte, Cap. VII, p. 11).

No que diz respeito à defesa de pontos sensíveis e postos militares, era preconizado um sistema de obstáculos para aumentar a eficiência do sistema de alarme e impedir uma rápida progressão das forças subversivas, retardando-as sob fogo. Esse sistema era constituído essencialmente por redes de arame (rede normal, sebes, concertinas e cavalos de frisa) colocadas nos acessos mais fáceis, podendo também consistir em valas, paliçadas de árvores ou armadilhas (EME, 1963, 2ª parte, Cap. I, p. 9).

Por outro lado, na interdição de fronteiras, o esforço foi concentrado nas áreas onde o terreno facilitava a infiltração, sendo instalados postos militares para as manter sob vigilância, conjugando-se esta atividade com um sistema de barragens, constituído por minas, armadilhas, redes de arame e outros obstáculos que permitissem restringir a liberdade de movimentos das forças da ameaça (EME, 1963, 1ª parte, Cap. IV, p. 41).



c. Síntese conclusiva

No que diz respeito ao impacto da manobra, dos movimentos táticos e do apoio à mobilidade e contramobilidade no decorrer da campanha, destaca-se que as FFAA encontraram no helicóptero e no cavalo uma excelente alternativa à viatura militar, fruto da sua versatilidade e flexibilidade, aumentando a mobilidade das forças. Paralelamente, as ações militares utilizadas foram sendo empregues conforme a necessidade, a intensidade e o efeito pretendido, inicialmente nas zonas de maior atividade subversiva, no Norte e posteriormente no Leste. Verificou-se também a necessidade de alterar o tipo de operações, passando de operações de grande envergadura para o emprego de pequenas unidades, com ações de combate limitadas. Ao nível da mobilidade e contramobilidade, verificou-se que o principal esforço consistiu no apoio à mobilidade, através da desobstrução e desminagem de itinerários, construção de vias de comunicação e obras de arte, o que permitiu à manobra alcançar o reduto das forças subversivas que até então se encontravam isoladas. A contramobilidade teve um papel secundário e consistiu essencialmente em isolar fronteiras e itinerários utilizados pelas forças subversivas.

Face ao exposto, e com base na abordagem deste capítulo, foi possível reter o impacto da aplicação da manobra, dos movimentos táticos e do apoio à mobilidade e contramobilidade no decorrer da campanha militar do TO de Angola, ficando desta forma respondida a terceira pergunta derivada.



Conclusões

O presente trabalho teve como objetivo caracterizar a função de combate movimento e manobra na Campanha Militar do Teatro de Operações de Angola no período de 1961 a 1974. Procurou-se atingir este objetivo através da divisão do estudo em três capítulos, tentando em cada um deles responder a cada uma das perguntas derivadas já apresentadas, abrangendo-se deste modo os objetivos específicos do trabalho.

No primeiro capítulo, foram estudados quais os fundamentos, conceitos doutrinários e sua evolução no período em análise, aplicados à função de combate movimento e manobra. Foi possível verificar que, com o aproximar da guerra de África, Portugal viu-se na necessidade de adotar novos conceitos doutrinários para fazer face a uma guerra subversiva, visto que os existentes estavam apenas orientados para uma guerra de tipologia mais convencional. Os elementos subversivos existentes no seio da população visavam alterar o *status quo* no território, através de ações de guerrilha contra as forças militares portuguesas. Assim sendo, a solução passou por formar oficiais em países que já se deparavam com esse tipo de guerra. Após isso, houve a preocupação necessária em adaptar os novos conceitos à realidade portuguesa e à situação nos seus territórios em África. A forma de contrariar a subversão seria necessariamente o seu corolário, a contrassubversão, desencadeada contra o movimento subversivo através de ações de contraguerrilha, taticamente similares às de guerrilha.

Posteriormente, com o início da guerra, a nova doutrina foi posta à prova, ainda que de modo embrionário, mas já com conceitos base adequados à conduta das operações, como pode ser visto no guia de 1961 *O Exército na Guerra Subversiva*. Com a experiência que foi sendo adquirida no decorrer do conflito, a doutrina foi-se consolidando. A forma como as forças se movimentavam para fazer face à ameaça foi sendo adaptada com a experiência, procurando a otimização da articulação das várias tarefas e respetivos sistemas para um mais eficiente cumprimento das missões. Essencialmente, procurou-se manter constantemente a iniciativa através de diversificadas ações ofensivas de pequenas unidades, evitando-se tanto quanto possível o desencadear de grandes operações, concentrando potencial de combate em locais e momentos oportunos de modo a obter vantagem sobre a ameaça, neutralizando-a.

No segundo capítulo, foi feita a caracterização das forças de manobra e o seu dispositivo ao longo da campanha, sendo esta caracterização apresentada em diversos períodos. Foi possível reter que as forças portuguesas mantiveram sempre a sua divisão



por armas (infantaria, artilharia, etc.), apesar de serem treinadas e empregues essencialmente como forças de infantaria ligeira. Verificou-se ainda que o batalhão foi empregue como unidade operacional e administrativa, sendo a companhia de caçadores a unidade base da guerra subversiva, devido à sua autonomia e reduzido efetivo.

Além destas forças regulares, com o evoluir da guerra surgiram forças especiais, tais como os comandos, paraquedistas e fuzileiros, cujo objetivo era dotar um comandante com uma força de intervenção, imediatamente disponível e capaz de realizar outro tipo de missões. Também surgiram as forças auxiliares africanas, tais como as milícias, Tropas Especiais, Grupos Especiais, Flechas e os Fiéis e Leais, cuja finalidade era integrar a população local na luta armada, afastando-os dos guerrilheiros e explorando o seu vasto conhecimento do território, bem como a possibilidade de gerarem informação e contrainformação proveitosas para as forças militares.

Em termos de dispositivo, este assentava no conceito de quadrícula, em que o número de unidades empregues variava consoante a atividade subversiva. O objetivo deste dispositivo passava pela ocupação do território pelas forças militares e pelo isolamento da guerrilha face a apoios externos, nomeadamente do Congo.

Numa primeira fase (1961), o esforço foi orientado para o Norte, especificamente na Zona Sublevada Norte, onde se registavam um elevado número de ações por parte da guerrilha. Numa segunda fase (1966), houve necessidade de reforçar o dispositivo no Leste, devido ao aumento de ações nessa região.

No início da campanha, apenas existiam três regimentos, dois batalhões e algumas companhias e pelotões dispersos pelo território. Em junho de 1961, devido ao aumento de unidades, dividiu-se a Zona Sublevada Norte em seis setores operacionais. Posteriormente, em novembro, foram criadas zonas de intervenção, pela necessidade da permanência de unidades de intervenção nos setores.

Em 1968, foram criadas as zonas militares, cujo objetivo era aproximação à divisão administrativa de Angola. Já no ano de 1974, houve necessidade de acrescentar mais três zonas militares, nomeadamente Luanda, Cabinda e Malanje.

No terceiro capítulo, estudou-se qual o impacto da aplicação da manobra, dos movimentos táticos e do apoio à mobilidade e contramobilidade no decorrer da campanha. Assim, foi possível verificar que, de uma forma geral, as forças portuguesas foram capazes de perceber e até alterar o seu conceito de emprego, baseado em operações convencionais, para aquilo que viria a ser a realidade no Ultramar – a contrassubversão. A luta que começou com as operações de grande envergadura, que



materializavam muitos homens, meios e recursos, passou a ser conduzida por patrulhas de infantaria e posteriormente por grupos de combate melhor preparados, baixando o nível de intensidade do conflito e tornando-o menos dispendioso.

As forças portuguesas depararam-se com acentuadas limitações à sua mobilidade. Para mitigar essas limitações na execução de movimentos táticos, fizeram uso de helicópteros e de cavalos, meios que se revelaram ser alternativas de elevado valor às viaturas militares. Destacam-se como vantagens principais a flexibilidade e a versatilidade no emprego de forças em operações, conseguindo assegurar a necessária mobilidade.

Quanto às ações militares, estas foram empregues consoante a necessidade, a intensidade ou o efeito pretendido, de forma flexível, e foram confirmadas pelo seu sucesso, nomeadamente depois da alteração do esforço para a região no Leste de Angola. Ficou também perceptível que as forças portuguesas, ao longo do conflito, na tentativa de o manter num nível de baixa intensidade e com um menor custo, começaram inicialmente por atuar no Norte (região mais afetada pela ameaça) com operações de grande envergadura e, no decorrer do conflito, fizeram surgir o conceito de "tática de pequenas unidades" (grupos de combate), em que a manobra militar recorreu a ações de combate taticamente similares às da ameaça para lhe fazer face.

Finalmente, no que diz respeito à mobilidade e contramobilidade, destacou-se que no TO de Angola o principal esforço foi exercido ao nível da mobilidade, através da construção de vias de comunicação e suas obras de arte, bem como na desobstrução de itinerários, quer através de equipamentos pesados de engenharia quer através de sapadores que procediam à marcação e levantamento de minas. O apoio à mobilidade constituiu-se então como uma mais-valia para a manobra, permitindo o acesso a redutos das forças subversivas outrora isoladas, bem como a circulação de colunas logísticas com alguma segurança e rapidez, ao passo que a contramobilidade serviu essencialmente os propósitos de isolar as fronteiras ou as forças subversivas nos itinerários mais conhecidos, não assumindo uma grande expressão.

Face ao exposto e respondendo à pergunta de partida, fica assim caracterizada a função de combate movimento e manobra na Campanha Militar do Teatro de Operações de Angola no período de 1961 a 1974, tendo sido compreendida a doutrina militar, caracterizadas as forças de manobra, analisado o dispositivo de forças no TO enquanto parte integrante da manobra e tendo sido analisada a manobra tática e o apoio à mobilidade e contramobilidade.



Bibliografia

- Afonso, A. e Gomes, C. M., 2001. *Guerra Colonial*. Lisboa: Editorial Noticias.
- Afonso, A. e Gomes, C. M., 2009. *Os anos da Guerra Colonial - 1961-1975*. 1ª ed. Matosinhos: QuidNovi.
- Alves, J. L., 2010. *Subversão e Contra-subversão - As Forças Armadas Portuguesas em 1961*. s.l.:Revista Militar nº12.
- Barata, M. T. e Teixeira, N. S., 2004. *Nova história militar de Portugal - Volume 4*. 1ª ed. Casais de Mem Martins: Circulo de Leitores.
- Cann, J. P., 1998. *Contra-Insurreição em África, 1961-1974: O modo português de fazer a guerra*. São Pedro do Estoril: Edições Atena.
- Catarino, M., 2010a. *As grandes operações da guerra colonial 1961-1974 - Volume 1*. s.l.:Cofina-Media Books.
- Catarino, M., 2010b. *As grandes operações da guerra colonial 1961-1974 - Volume 4*. s.l.:Cofina-Media Books.
- Centre de Doctrine d'Emploi des Forces, 2010. *Par le fer et par le sang*. Paris: Armee de Terre.
- Estado-Maior do Exército: Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974), 1988. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974): Volume I - Enquadramento Geral*. Lisboa: Pentaedro.
- Estado-Maior do Exército: Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974), 1990. *Subsídios para o estudo da doutrina aplicada nas campanhas de África (1961-1974)*. Lisboa: Pentaedro.
- Estado-Maior do Exército: Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974), 1997. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*. 2ª ed. Lisboa: Pentaedro.
- Estado-Maior do Exército: Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974), 1998. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974): Volume VI - Aspectos da Actividade Operacional*. Lisboa: Pentaedro.
- Estado-Maior do Exército, 1961. *O Exército na Guerra Subversiva - 1ª parte*. Lisboa: EME.
- Estado-Maior do Exército, 1963. *O Exército na Guerra Subversiva - Volume II*. 1ª ed. Lisboa: EME.
- Estado-Maior do Exército, 1966. *O Exército na Guerra Subversiva - Volume I*. 2ª ed. Lisboa: EME.
- Exército Português, 2010. *Publicação Doutrinária do Exército 3-09-00: Operações Não Convencionais*. Lisboa: s.n.
- Exército Português, 2012. *Publicação Doutrinária do Exército 3-00: Operações*. Lisboa: s.n.
- Exército Português, 2014. *Publicação Doutrinária do Exército 3-67-00: Operações Especiais*. Lisboa: s.n.



Exército Português, 2015. *Publicação Doutrinária do Exército 3-01-00: Tática das Operações de Combate - Volume I*. Lisboa: s.n.

Grilo, A. M., 2015. *A CEng 2580 em Angola* [Entrevista] (3 fevereiro 2015).

Instituto de Altos Estudos Militares, 2003. *Manual Escolar 20-63-12: Operações de Engenharia*. Lisboa: s.n.

Nunes, A. P., 2002. *Angola 1966-74: Vitória Militar no Leste*. Lisboa: Tribuna da História.

Oliveira, H. A., 1960. *Guerra Revolucionária*. Lisboa: Liga dos Combatentes.

Quivy, R. e Campenhoudt, L., 2008. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 5ª ed. Lisboa: Gradiva.

Rodrigues, J. C., 2000. Concepção e desenvolvimento da estratégia operacional face à eclosão da conflitualidade nas ex-colónias portuguesas. A mudança de um esforço estratégico em Angola. Em: I. d. A. E. Militares, ed. *Estudos sobre as Campanhas de África (1961-1974)*. Sintra: Edições Atenas, lda., pp. 99-139.

Teixeira, R., 2010. *A guerra de Angola 1961-1974*. Matosinhos: QuidNovi.

IESM, 29 de maio de 2015



Anexo A – Entrevista ao Cor Eng Reforma Mourato Grilo

NOME: Agostinho Mourato Grilo

POSTO: Coronel de Engenharia (Reforma)

FUNÇÃO NO TO: Comandante da Companhia de Engenharia (CEng) nº 2580

LOCAL: Angola

PERÍODO: 1969-1971

LOCAL e DATA DA ENTREVISTA: Academia Militar, 03/02/2015

INFO INICIAL

Como Capitão, desempenhou a função de Comandante da CEng nº 2580 em Angola, tendo sido responsável pelos trabalhos de engenharia na região Norte.

Nesse âmbito, planeou e executou diversas operações de apoio à mobilidade das forças aí localizadas, mantendo um contacto muito próximo com as populações locais.

Devido à sua experiência no TO, foi também responsável por planear e executar uma série de reconhecimentos técnicos noutras regiões para apoio ao planeamento de operações futuras.

Esteve em Angola entre 1969 e 1971, tendo participado nas fases de reiteração do esforço no Norte e transferência do esforço para o Leste.

Q1: Quais os meios humanos e materiais de que dispunha a CEng nº 2580?

R: O efetivo da companhia rondava os 140 militares e cerca de 120 viaturas e equipamentos de engenharia, dos quais se destacavam vários tratores de lagartas, motoniveladoras e cilindros, bem como viaturas táticas e basculantes.

Q2: Que missão ou missões lhe foi/foram atribuída(s)?

R: A CEng nº 2580 desenvolveu várias operações no Noroeste de Angola, destacando-se, entre outras, a Operação Via Ápia, a Sul do Bom Jesus e a cerca de 150 km de Cabinda, a Operação Grande Salto, nos Dembos e no Rio Dange, a cerca de 300 km de Luanda, a Operação Golpe Direto, na área de Santa Cruz, a cerca de 800 km de Luanda e a Operação Mundo Novo, em Cabinda, na floresta do Maiombe, a cerca de 1000 km de Luanda.



Q3: Nesse âmbito, que tipo de tarefas realizou?

R: As tarefas eram essencialmente de apoio à mobilidade, através da abertura de itinerários, execução de picadas, remoção de obstáculos, construção de pontes e execução de reconhecimentos de engenharia.

Na Operação Via Ápia, foram executados cerca de 90 km de picada, entre a fazenda do Icao e o Rio Zenza, e foram reparados vários pontões nos itinerários existentes, porque não permitiam a passagem de viaturas militares. Foram também removidos vários obstáculos, como por exemplo árvores tombadas.

Na operação Grande Salto, foram abertos cerca de 30 km de picada, entre a fazenda Maria Manuela e a nova ponte do Dange.

Na operação Golpe Direto, foram executados 25 km de picada entre Santa Cruz e Mazagamba, 40 km de picada entre esta última e Alto Zaza, e 50 km de picada entre Santa Cruz e Quiqua.

Na operação Mundo Novo, foram melhorados e refeitos cerca de 20 km de itinerários em Bata Sano, Buco Zao e Chimbete, e foi feita a desmatagem e alargamento de picadas na mata do Maiombe.

Q4: Como se articulava a engenharia para prestar esse apoio?

R: A CEng realizava reconhecimentos de engenharia aos locais onde era necessário abrir caminhos. Depois de analisar os trabalhos, dividia-se em destacamentos de engenharia que atuavam isolados, para realizarem os diversos itinerários. O Comandante de Companhia acompanhava os trabalhos e geria os meios.

Q5: Que tipo de tarefas de apoio à mobilidade realizou para apoiar a manobra da força?

R: Essencialmente abertura de trilhos para passagem das forças de manobra, com recurso a tratores de lagartas, construção de pontões para passagem das viaturas e limpeza de itinerários.

Q6: Como se processava a limpeza dos itinerários?

R: Nos locais mais suspeitos, a coluna abrandava e na frente da coluna seguiam dois sapadores apeados, que iam inspecionando visualmente o caminho e “picando” a estrada nas laterais à procura de minas. Depois, na retaguarda, seguia uma *Berliet*, sem capota e sem bancos, com a primeira velocidade engrenada, acompanhando o deslocamento dos



sapadores. O pormenor é que o condutor encontrava-se em cima dos sacos de terra, conduzindo com os pés, para que, caso houvesse um rebentamento de uma mina anticarro, a viatura não fosse projetada e o condutor, ao estar numa posição superior mais protegida, evitava ferimentos nas pernas. Na retaguarda desta viatura, seguia o resto da coluna, procurando seguir o rasto dos rodados da viatura da frente. Com isto, a velocidade era muito baixa, chegando-se a realizar cerca de dez km numa manhã.

Q7: Que tipo de tarefas de contramobilidade eram realizadas para apoiar a força?

R: O apoio à contramobilidade era feito na proteção dos aquartelamentos dos destacamentos, através de obstáculos.

Q8: As tarefas eram maioritariamente em alguma função específica? Mobilidade ou contramobilidade?

R: As tarefas eram quase todas de apoio à mobilidade. Não tenho ideia de ter sido necessário realizar obstáculos, para além dos obstáculos de proteção dos aquartelamentos.

Q9: Dispunha de algum apoio de segurança enquanto realizava as tarefas de engenharia?

R: Sim, a CEng nº 2580 era apoiada por uma companhia de segurança para executar as picadas, e nos deslocamentos em áreas mais perigosas chegava a ser apoiada por três companhias de caçadores.

Q10: Recorda-se de qual a principal doutrina em vigor na altura?

R: Na época, ao nível da engenharia, não existia uma doutrina enquadradora. As unidades baseavam-se essencialmente nos conhecimentos práticos apreendidos na campanha, especialmente com os incidentes.